

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2013 - ANO XXXII, NÚMERO 7

ENTREVISTA



O jornalista Paulo Markun une real e ficção para entrevistar pessoas mortas

PÁGINAS 4/5

COBAIAS

Caso Royal reabre debate sobre o uso de animais em universidades

PÁGINA 12



CRACK

Governo se mobiliza para combater a droga em Florianópolis

PÁGINA 13

Enfermaria "G"



ESPECIAL

LOUCOS E INFERADORES

Estado discute soluções para pessoas com doenças mentais que cometeram crimes graves

PÁGINAS 10 E 11

Vivendo os desafios da reportagem

Para quem acompanhou as edições do Zero ao longo do semestre, a última edição deste ano evidencia o crescimento de repórteres e editores. Em cada aula, as pautas e textos passaram discussões muitas vezes divergentes. Foram lapidadas com muitos olhares. O resultado é a mesma miscelânea de temas, com mais profundidade e com a abrangência que extrapola os limites da UFSC e de Florianópolis.

São futuros jornalistas que discutem a polêmica lei que propõe a regulamentação da mídia no Brasil. Ainda na área, há uma entrevista com o jornalista Paulo Markun, que na bagagem acumula a atuação durante a Ditadura Militar e 10 anos a frente do programa Roda Viva. Aos repórteres do Zero, Markun comenta seu novo trabalho: entrevistas a personagens que já morreram.

Além disso, como jovens que fazem

parte da geração que acompanhou a evolução da internet, outra reportagem aborda o Marco Civil, projeto que regulamenta o acesso à internet, cuja votação foi adiada pelos parlamentares.

Como a regulamentação da mídia ou o Marco Civil, a reportagem de capa também reflete outro aspecto importante da profissão: o papel social do jornalismo. A discussão sobre os 'loucos infratores', pessoas com transtornos mentais que cometeram crimes, ganha diversas facetas. Durante mais de um século, os pacientes ficaram nos hospitais de custódia, mantidos pelo sistema judiciário. Atualmente, a Justiça e a Saúde reconhecem que se trata de um problema de saúde pública, mas os projetos caminham a passos lentos para solucionar o impasse. Enquanto isso, 'loucos' como Rogério estão há décadas nos hospitais e enfrentam, até mesmo, o desafio de não serem acolhi-

dos pela família novamente.

O mesmo impasse é vivido pelos os usuários de crack da capital catarinense, que aumenta a cada dia e faz com que os governos se unam para buscar soluções, como demonstra outra reportagem.

O leitor do Zero também vai encontrar temas como o aumento no número jovens que escolhem o vegetarianismo como opção de vida, além de um esporte chamado Roller Derby, predominantemente feminino, que já tem dois times em Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, os desafios da reportagem foram experimentados pelos alunos até mesmo em Brasília, onde a repórter do Zero acompanhou a Conferência de Promoção de Igualdade Racial, entre os dias 5 e 7 de novembro, para abordar, entre outros temas, a discussão sobre a criação de movimentos de igualdade racial para mulheres. E muito mais. Boa leitura!



Entrevistada pela repórter Taynara Macedo, Simone Cruz fala durante a Conferência de Igualdade Social

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Depois de ter sido repórter-aluno e editor-colaborador do Zero, continuei leitor assíduo. Tendo feito parte da produção internamente e compreendendo as nuances do processo, desejo longa vida ao jornal e capacidade de aprendizado aos repórteres-alunos de hoje e dos próximos semestres

Victor Hugo Bittencourt

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

UFSC - Trindade Florianópolis (SC)

CEP: 88040-900

OMBUDSMAN

LUCIO BAGGIO

Faltou um pouco mais de atenção

Começamos pelas boas notícias, o professor Ângelo Ribeiro se recupera bem do acidente, mantendo um acompanhamento constante das lesões e tratando-se apenas com analgésicos. Início falando de nosso colega de cadeira, pois devemos grande parte do êxito de nossas edições à estrutura pensada por ele que, mesmo em sua ausência, permitiu que mantivéssemos a orientação constante. Obrigado, amigo. E é isso mesmo, leitor, até afastamento de professor por acidente tivemos nestes últimos meses.

Só para explicar melhor, pela disciplina, neste semestre, passaram quatro professores diferentes. Convenhamos, não há cronograma que se sustente. Com todos os sobressaltos é compreensível que alguns elos da corrente se percam ou fiquem frouxos durante o processo. É o argumento no caso do lapso mais marcante da última edição: o "Tiro Sportivo" que foi impresso na cartola da chamada de capa. Esses errinhos de digitação, ou de falta de atenção mesmo, se repetiram em boa parte das páginas, demonstrando descuido na revisão e na edição. No hall de erros, podemos colocar a falta de uma legenda na página dez e outras que não identificam os personagens, ou trazem informações óbvias e que não colaboram para a imersão do leitor nas pautas trabalhadas. Apesar disso, sobre as pautas, a que ressaltar a qualidade dos enquadramentos sugeridos e a execução de várias delas.

Foi apostando em mais uma sugestão do nosso colega Ângelo que conseguimos nossa principal chamada de capa, sobre a vida dos feirantes que trabalham no Largo da Alfândega. Um trabalho de fôlego de nossas acadêmicas que ressaltam o papel do repórter e da urgência em se repensar o objetivo de textos publicados nesse subestimado suporte. Observando o conjunto das pautas da edição, elas demonstram um refinado senso de responsabilidade social, abordando temas que vão das dificuldades da jornada acadêmica, passando por textos que são praticamente uma crônica do cotidiano, abordando temas de relevância "eco-nômica" e social, para chegar a assuntos que revelam contrastes de uma potência energética que ainda impede o desenvolvimento pleno de suas crianças.

Gostaria de discutir neste espaço uma contradição que, para mim, a cada dia fica mais evidente. Atualmente vivemos em um ambiente com alta densidade de informação e a riqueza desta significa a escassez daquilo que ela consome: a atenção da audiência. No início da década de 70 pesquisadores já identificavam essa tendência pela especialização cada vez maior dos produtos disponíveis no mercado editorial. Com o crescimento exponencial dos meios digitais de compartilhamento de dados essa situação beira a insanidade com o volume de informações geradas multiplicando-se em lapsos de tempo cada vez menores. Conseguir atrair a atenção para um produto que ainda suja os dedos ao ser manuseado parece uma tarefa hercúlea. Uma das alternativas é nos servirmos de técnicas de composição que apresentem o conteúdo jornalístico de uma forma a aproveitar scripts mentais que auxiliam a cognição através da apresentação gráfica.

Tivemos bons avanços em relação à primeira edição em se tratando do apelo imagético representado pela seleção das fotografias. Fruto da especialização de uma editoria de fotografia. Porém temos um longo caminho a percorrer no que se trata da apresentação dos dados e informações em composições infográficas ou de visualização. São nesses elementos que podemos aproveitar para capturar a atenção do leitor e fornecer uma informação útil e que favoreça a cidadania.

Lucio Baggio, professor da disciplina de Edição II e responsável editorial pelo jornal laboratório Zero.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXII - Nº 5 - Setembro de 2013 **REPORTAGEM** Ana Luísa Funchal, Andressa Prates, Artur Felipe Figueira, Bárbara Cardozo, Beatriz Carrer, Bruna Andrade, Daniel Lemes, Emanuelle Nunes, Fernanda Costa, Flávio Crispim, Iuri Barcellos, Jéssica Sant'Ana, João Paulo Fernandes, Karine Lucinda, Luiza Lobo, Maria Luiza Buriham, Marianne Ternes, Marília Quezado, Natália Pilati, Natália Porto, Patrícia Cim, Patricia Pamplona, Patricia Siqueira, Ricardo Pessetti, Rosângela Menezes, Sophia Rischbieter, Taynara Macedo, Thaís Jordão, Vanessa Farias **EDIÇÃO** Ana Carolina Cerqueira, Ana Luísa Funchal, Flavio Crispim, João Paulo Fernandes, Julia Lindner, Lillian Koyama, Mariana Petry, Natália Pilati, Nicolas Quadro, Patricia Siqueira, Stefanie Damázio, Thayse Stein **PROFESSORES-RESPONSÁVEIS** Ângelo Augusto Ribeiro, Géssica Valentini, Lucio Baggio **MONITORIA** Ana Paula Mendes, Julia Ayres **IMPRESSÃO** Gráfica Graf Norte **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 25 de setembro

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Trabalho em equipe

Cocriação vira estratégia de negócio

Objetivo é engajar funcionários, clientes e fornecedores em busca de soluções conjuntas

As organizações valorizam pessoas que possuem habilidades interpessoais, que conseguem trabalhar em grupos, como explica a consultora Deborah Riggenbach: "As pessoas devem saber trabalhar no coletivo. Como uma ideia vinda de uma única pessoa, sem interação com as demais para compartilhamento de opiniões, pode ser considerada um sucesso?", questiona.

O Google Brasil reuniu em um auditório mais de 100 empresários com apenas um objetivo: cocriar. A Agência Cocriação, de São Paulo, foi a responsável por organizar o evento e o diretor Francisco Albuquerque explica que o objetivo era encontrar soluções para desenvolver o Google Business Group, comunidade de voluntários que deseja adquirir e compartilhar conhecimento sobre as ferramentas do Google.

O termo cocriação começou a ser usado em 2004, com o lançamento do livro "O Futuro da Competição", escrito pelos professores C. K. Prahalad e Venkat Ramaswamy. Francisco Albuquerque esclarece que "a cocriação conceitualmente se dá quando a empresa consegue trazer seus funcionários, clientes e fornecedores para pensarem em soluções juntos. Na prática isso acontece, por exemplo, no desenvolvimento de produtos, serviços, estratégias de negócio".

Em Florianópolis, o Instituto Comunitário Grande Florianópolis usa a metodologia com frequência para desenvolver novas ideias. Bruno Evangelista, assistente de coordena-



Bruno Evangelista usa metodologia de cocriação em dinâmica realizada com grupo da Aiesec Florianópolis

ção do ICOM, acredita que a cocriação se resume em abundância, por reunir muitas pessoas em um mesmo local pensando em um objetivo. "Existe uma variedade de ideias e isso faz com que surja uma colaboração. É o uso da inteligência coletiva, juntar em uma mesma discussão indivíduos com expertises diferentes".

A dinâmica da cocriação é estruturada através de ferramentas, o que a difere de uma discussão convencional em que não existe uma metodologia específica. Albuquerque destaca que há todo um contexto que distingue a cocriação de uma discussão aberta. "É preciso entender o ambiente em que você está trabalhando, o desafio estratégico da atividade e

quais pessoas você irá selecionar. Existe ainda o mediador, que precisa entender como funcionará o processo e é o responsável por conduzir as atividades".

O Seminário Social Good Brasil 2013 foi realizado em São Paulo, no dia 24 de setembro, com o objetivo de discutir o uso de tecnologias na solução de problemas sociais. Bruno Evangelista conta que "o evento foi construído através de uma dinâmica de cocriação. Nós chamamos um mediador de São Paulo e juntamos em uma sala os colaboradores do ICOM e os parceiros do evento. Definir o evento usando a metodologia fez com que todos se sentissem parte do Social Good Brasil".

A metodologia da cocriação é mais ampla e vai além do desenvolvimento de ideias. No caso da Agência Cocriação, Francisco Albuquerque explica que a principal demanda das organizações é para a criação de cultura de inovação e criatividade em mercados competitivos. "Isso porque as empresas precisam inovar com rapidez e a cocriação é uma aliada para a aprendizagem dos funcionários".

Durante o processo de cocriação você não é dono de suas ideias. Bruno, do ICOM, fala que "é preciso desapegar, tudo é direcionado ao propósito, ao objetivo que o grupo busca, é realmente uma mudança de modelo mental". Por esse motivo, o alinhamento antes da atividade é

fundamental, todos precisam entender qual o motivo de estarem ali.

O *design thinking* é usado como base da metodologia, é uma ferramenta que funciona para a solução de problemas complexos. Francisco Albuquerque acrescenta, "na Agência trabalhamos sabendo que cocriação tem início, meio e fim. Aplicamos técnicas durante o processo de acordo com o que definimos no início".

A escolha daqueles que irão participar da cocriação é estratégica. O diretor da Agência explica que nem sempre a organização que busca as soluções participa. Muitas vezes as informações são levadas para grupos multidisciplinares. "A escolha dos participantes é, portanto, fundamental, eles precisam vir de áreas diferentes para agregar na atividade."

Quanto ao mercado e a receptividade das organizações para a metodologia, ainda muito nova. Francisco enfatiza que "a cocriação só funciona em ambientes que estão dispostos a inovar e abertos a mudanças. A Agência existe há dois anos e nesse tempo já percebemos um amadurecimento do mercado. A inovação está sendo super discutida e o conceito de *design thinking* passou por um *boom*." Bruno, do ICOM, acrescenta que "em nosso dia-a-dia o que vemos muito é uma escassez de ideias, porque as pessoas pensam de maneira muito isolada, o que impulsiona uma grande competitividade. A cocriação pode justamente ser uma saída para isso".

Sophia Rischbieter
sophia@rischbieter.com.br

Comunidade traz benefício a pessoas e projetos

O Vilaj Coworking, em Florianópolis, completou recentemente dois anos de existência e utiliza a cocriação para planejar suas estratégias. A sócia do Vilaj Renata Miguez explica: "dentro desse tempo nós evoluímos muito, entendemos melhor o que poderia ser um espaço de *coworking* e compreendemos mais claramente o que fazemos. Hoje, nós transcendemos a ideia de ser apenas um local de *coworking* e focamos no fato de sermos um local de acolhimento e desenvolvimento de pessoas e projetos".

O termo *coworking* foi criado por Bernie Dekoven, em 1999, para descrever um tipo de trabalho colaborativo suportado pelas novas tecnologias. Brad Neuberg, cinco anos mais tarde, criou a Hat Factory,



Encontro de cocriação para o planejamento anual do Vilaj Coworking

em São Francisco, um apartamento onde residiam três profissionais da área de tecnologia que abriam o local durante o dia para outras pessoas que desejassem trabalhar e interagir com eles. Daí em diante o conceito de espaço de trabalho compartilhado ganhou força e se disseminou pelo mundo. Existem

hoje no Brasil mais de 100 locais de *coworking*.

A cocriação no Vilaj acontece em dois momentos, segundo Renata Miguez. Quando as pessoas estão trabalhando no espaço, momento em que elas trocam ideias e compartilham sugestões, e entre a equipe da empresa mesmo. "Todo o planeja-

mento do Vilaj para o ano de 2013 foi cocriado, convidamos os parceiros, amigos para discutir o propósito da empresa. Não faria sentido discutirmos apenas entre os funcionários, porque somos uma comunidade."

A principal motivação para acontecer a cocriação no Vilaj é que "não queremos que o que a gente faz seja só uma visão nossa (dos sócios), queremos que seja algo construído coletivamente, com a comunidade". Renata lembra que para ter sucesso na utilização da metodologia é preciso ter muito claro qual o propósito da cocriação, "porque você está convidando pessoas para discutirem com você. É necessário que exista um sistema ganha-ganha. A comunidade precisa se beneficiar de alguma forma por contribuir".

Conheça melhor o significado

Cocriação - Uso da inteligência coletiva para solucionar problemas e desenvolver planejamentos. Colaboradores, fornecedores, consumidores e outros interessados são convidados para discussões estratégicas

Coworking - Local em que profissionais de diferentes áreas compartilham seu espaço em busca de um ambiente para trabalhar, criar e pensar. Pela diversidade de experiências e a proximidade, as pessoas acabam trocando ideias e criando redes de contato

Conversa do além

Desafiado a unir jornalismo e ficção

Paulo Markun realiza pesquisa histórica para entrevistar personagens que já estão mortos

De terno e gravata e com roteiro de perguntas bem estudadas em mãos, o repórter estava pronto para entrevistar a ícone da Guerra da Farroupilha, Anita Garibaldi. O jornalista e escritor Paulo Markun trouxe a heroína de volta a Santa Catarina, abordando os detalhes reais sobre a história da mulher, em uma peça teatral. No projeto "Retrovisor", Markun ultrapassa a fronteira do real e da ficção para criar um *talk show*, uma conversa com personagens históricos do Brasil, que hoje só permanecem vivos nos livros ou nas telas.

Depois de trabalhar como repórter e apresentador dos principais veículos de comunicação do país, Markun adquiriu experiência em entrevista no comando do programa "Roda Viva", da TV Cultura, durante dez anos — entre 1998 e 2008. Agora, ele se dedica a produção de peças, documentários, séries e livros, sendo destacado como finalista do Prêmio Jabuti com a obra "Anita Garibaldi: uma heroína brasileira".

Após a apresentação que fez em Florianópolis, junto a atriz Lucienne Guedes, Markun concedeu esta entrevista ao *Zero* e falou sobre o debate da publicação de biografias não autorizadas, fez uma análise da atual cobertura jornalística da política brasileira e também contou sobre o programa "Retrovisor", que será transmitido em 13 episódios no Canal Brasil, em março de 2014, cada um com uma personalidade diferente.

Zero: Como surgiu a ideia de realizar o projeto Retrovisor?

Paulo Markun - A ideia surgiu porque eu estava atrás de um formato de programa que contemplasse a lei que garante espaço para a produção brasileira na TV a cabo. E essa lei não permite que seja um programa de jornalismo. Então se eu fizesse um programa de entrevistas com personagens reais não atenderia a lei. De repente, eu me dei conta de que entrevistar personagens históricos, mas que já morreram, atendia a isso e ao mesmo tempo me colocava fazendo o que eu sei fazer de um jeito diferente. A semente dessa ideia tem a ver com uma experiência que eu fiz em 2000, que foi um documentário chamado AI-5 - O dia que não existiu. Esse documentário é sobre a sessão da câmara dos deputados em que os parlamentares negaram a licença para processar o então deputado Marcio Moreira Alves e que acabou dando do AI-5. Eu queria produzir esse documentário, mas as atas dessa sessão desapareceram, porque foram confiscadas pelo Ministério da Justiça e passaram muitos anos desaparecidas. Não foi publicado o Diário Oficial, ele não circulou e, portanto, se perdeu o resgate daquela história, daquele momento. E eu decidi reconstituir a sessão da câmara com atores interpretando os deputados. Depois disso eu fiz também outra série que chama 'Autor por autor', que são atores interpretando textos da Lygia Fagundes Telles, do João Ubaldo Ribeiro. Aos poucos eu fui entrando nesse campo da dramaturgia e da ficção, mas sempre com um pé no jornalismo e na pesquisa histórica. Depois de ter tido a ideia eu também me dei conta que esse é um formato que existe no mundo inteiro. A Guerra dos Mundos

"Nesse projeto nos baseamos rigorosamente naquilo que já foi publicado"

é isso, Meia-Noite em Paris do Woody Allen é isso. Tem vários exemplos. Eu radicalizei no sentido de fazer um *talk show*, sem todos os penduricalhos que normalmente um trabalho como esse tem.

O Programa Retrovisor faz simulações de entrevistas com pessoas históricas que já faleceram. Como garantir que o que está sendo retratado na simulação tenha uma bagagem histórica correspondente à realidade? Vocês realmente buscam essa verdade no discurso ou há muita ficção?

PM - A gente nunca vai reconstituir a realidade tal como ela foi. O que a gente procura fazer é se basear em documentos, livros, pesquisas e material de época que permita reconstituir a maneira de pensar do personagem. Não existe documentação, por exemplo, que diga que o primeiro marido de Anita batia nela ou não, então toda essa história do casamento dela tem um pouco de ficção. Mas o fato é que ela foi casada muito jovem e abandonou esse marido para viver com Garibaldi. Tem uma divisória que a gente procura não ultrapassar que é não mergulhar 100% na ficção, estar apoiado naquilo que tem pesquisa histórica consistente por trás. E também não fazer tão rigorosa a reconstituição que trave o ator. Por exemplo, na maneira de se expressar na linguagem a nossa Anita fala



Markun é um jornalista e atualmente se dedica à produção de peças teatrais, documentários, livros e seriados

como uma pessoa do século XX, mas no contexto do século XIX. Se ela fosse falar como uma mulher do século XIX, precisaria de textos no teleprompter ou precisaria decorar. Jamais teria essa naturalidade, principalmente em uma entrevista como essa, que exige improvisação. Então é uma fórmula híbrida, mas que eu acho que funciona, porque transmite o mínimo de informação necessária para que as pessoas se interessem e passem a conhecer melhor o personagem.

Os atores têm liberdade em suas respostas ou já têm uma fala a ser seguida?

PM - Eles têm certa liberdade, mas baseada num material de pesquisa e numa pauta de perguntas, porque eu não posso colocá-los numa saia justa. Além disso, muitas vezes os dados históricos estão nas minhas perguntas e não nas respostas dos atores. As datas, os nomes, essas coisas todas. Isso dá mais liberdade para que o ator responda o que se passou com as palavras dele,

não rigorosamente em cima de um texto pronto. Quando algum engano é cometido, nós corrigimos para a próxima apresentação. Tudo é um processo que está sendo desenvolvido, inclusive de como fazer essa pesquisa, porque não é simples. Se você der muito material para o ator, ele se perde. Se você der pouco material para o ator, ele não consegue desenvolver. Tem que dar tudo meio mastigado, mas ao mesmo tempo com a possibilidade de ele personificar essa figura no palco por uma hora.

Quanto tempo levou para esse projeto ficar pronto?

PM - O projeto começou em outubro do ano passado e começamos a gravar em agosto deste ano, sempre com 15 dias de intervalo entre um personagem e outro. Então esse é o tempo que temos para desenvolver a pesquisa sobre um personagem. Estamos achando um jeito de resolver nessa velocidade, que é fundamental para produzir séries televisivas com os recursos que estão no mercado. Não temos uma grande reconstrução, é realmente um *talk show*.

Como foi a escolha dos personagens?

PM - O elenco se estende a Cláudio Manoel da Costa, Frei Caneca, Barão de Mauá, José do Patrocínio, Luís Gama, Euclides da Cunha, João Cândido, Luís Carlos Prestes, Mario e Oswald de Andrade, Maria Lacerda Moura, Monteiro Lobato e Plínio Salgado, além da Anita Garibaldi. Eu fiz na primeira série uma espécie de *pot-pourri* de figuras que tem a ver com momentos históricos que aconteceram há mais de 70 anos, pela questão dos direitos autorais e por toda essa polêmica sobre as biografias. Optei também por personagens que de alguma forma percorrem um território de várias ideologias, classes sociais, etnias. Então há personagens que se ligam ao abolicionismo, integralismo, comunismo, feminismo, Revolução Farroupilha, Canudos, Semana de Arte Moderna de 1922, o Império, o Barão de Mauá. Busco também personagens que não são tão conhecidos assim. Não tem o Dom Pedro I, o Tiradentes, o Getúlio Vargas de propósito. Porque eu acho que as pessoas já tem uma ideia mais ou menos definida desses personagens.

Você já escreveu diversos livros, a maioria de caráter biográfico. Qual a sua opinião sobre a polêmica da publicação de biografias não autorizadas?

PM - Eu acho que a polêmica foi boa para a sociedade, embora seja injustificável tanta fumaça em torno do assunto. Não faz o menor sentido você querer estabelecer uma lei, tal como a que existe hoje. A lei existe, está em vigor, é o Código Civil. E ele impede através de uma frase sobre fins comerciais, que, por exemplo, tudo isso que a gente fez no espetáculo seja veiculado, se algum descendente de Anita Garibaldi ou de qualquer personagem se opuser. E portanto você não vai conhecer a história do Brasil. E isso não é questão de invadir a privacidade ou não, isso é fechar a história do Brasil. Mas eu tenho certeza de que em função da polêmica que foi criada pelo envolvimento destes artistas renomados no processo, vai fazer com que a tanto Câmara dos Deputados e o Supremo resolvam o problema. O projeto de

lei já está lá. As pessoas falam muita besteira sobre o assunto também. A primeira delas é de que um biógrafo fica rico escrevendo biografias, o que não é verdade. Esse é um gênero muito trabalhoso, que no Brasil paga-se muito pouco por ele. O que eu ganhei com as sete edições do livro da Anita, não paga o tempo que eu trabalhei para fazer. E ainda há outros livros que são publicados apenas uma edição.

Algum familiar de algum dos personagens abordados já veio conversar com você?

PM - Até agora não e eu espero que eles não venham. A filha do Plínio Salgado e a do Luis Carlos Prestes já vieram ajudar com material, o que é legal. Mas apressa imaginar que conseguirá bloquear uma produção é um contra-senso. Nesse projeto, estamos nos baseando rigorosamente naquilo que já foi publicado sobre o assunto e no que tem densidade histórica. Eu não vou perguntar para o Euclides da Cunha se a mulher dele o traía ou não. Não é essa a questão relevante. Com esse personagem, vou falar sobre o episódio quando ele estava no acampamento do Exército, diante de Canudos, um pouco antes da última invasão. Para fazer isso, eu tenho como referência o material que o Euclides da Cunha produziu para o jornal O Estado de S. Paulo, como correspondente, fora todo o material que está em Os Sertões. Então é uma maneira de personificar o que ele próprio escreveu. O principal objetivo do projeto não é o comercial, embora evidentemente que as pessoas que trabalham são pagas para fazer isso. Ninguém está vivendo da fama deste personagem.

Como o senhor analisa a atual cobertura jornalística da política brasileira?

PM - O jornalismo político de hoje é declaratório, no sentido de que vive muito da fofoca e da briga entre os partidos por questões menores. Questões importantes como o Marco Civil da internet, ou o fato de o estado de Santa Catarina só ter 10% do esgoto tratado, não são discutidas. Essas questões o jornalismo político não cobre, mas sim se a Dilma deu bronca nos Ministros na reunião, se ela vai passear de moto ou não, a relação política entre Eduardo Campos e Marina Silva. Acredito que esse tipo de cobertura é muito superficial, até porque o peso dos veículos tradicionais está diminuindo. O melhor exemplo disso são as manifestações de julho: ninguém identificou de onde elas começaram, nem o que realmente aconteceu. O que estavam fazendo aquelas pessoas na rua? Se havia alguém por trás daquilo ali, como isso surgiu e desapareceu de repente?



Intelectual também falou sobre a polêmica das biografias, cobertura jornalística e seus próximos projetos

“Foi muito difícil trabalhar na ditadura, mas não tinha nada de tão heróico”

O que acha que aconteceu em relação às manifestações?

PM - Não tenho a menor ideia. Eu fiquei muito surpreso. Nós estávamos viajando para Ouro Preto, em gravações por lá, e pegamos congestionamento em uma estrada distante da capital. Era uma manifestação que estava parando o trânsito, em uma pequena cidade de Minas Gerais. Eu não entendi o que aconteceu de fato, quem fez, qual era o intuito. Mas aconteceu, só naquele dia. Foi uma espécie de manifestação espontânea, pelas mais variadas questões. Eu acho que atrás disso existe gente querendo se aproveitar da circunstância, e não sei direito realmente o porquê. Realmente não sei, não é fugir da pergunta.

Durante muitos anos você ficou no comando de um dos programas mais respeitados da televisão: o Roda Viva, um programa de entrevista. Qual a importância você vê nesse gênero?

PM - É super importante, mas é uma pena que se tenha poucos programas desse tipo e normalmente só nas emissoras públicas. Nenhum outro programa de entrevista conseguiu manter a significação que o Roda Viva tem até hoje. E é muito difícil que isso aconteça, porque as TVs buscam a audiência, têm uma lógica de mercado muito forte. Você acha que trabalhar 10 anos no Roda Viva o ajudou a montar o projeto “Retrovisor”? PM - Sem dúvidas. Eu era repórter do Jornal Nacional, fazia televi-

são do dia-a-dia e o jornalismo do dia-a-dia é absolutamente massacrante, porque você vive a notícia 24 horas por dia. Tem gente que vibra por estar no lugar em que estão acontecendo as coisas, eu não tenho essa agonia. Até participei, cobri coisas importantes, mas não é o que me move. E o Roda Viva, como era semanal, dava um outro ritmo. E também demandava uma pesquisa, um estudo, um aprofundamento sobre aquele tema. Esse projeto “Retrovisor”, mais ainda, porque a pesquisa precisa ser muito mais aprofundada, ainda que seja só sobre um personagem ou um episódio.

Você já trabalhou com praticamente todos os meios jornalísticos: jornal impresso, revista, televisão, internet e documentário. Em qual deles você sentiu que a sua função como jornalista e como cidadão foi mais completa?

PM - Eu acho que pode ser em qualquer um deles, depende de como você se engaja. Eu já trabalhei em lugar que eu era empregado, no sentido de que eu ia lá, cumpria minha função, recebia o salário no fim do mês e ia embora para a casa cuidar da vida. Esse não é o melhor caminho para que você tenha prazer pelo que faz. Acho que dá para ser empregado e fazer as coisas com empenho. Mas, às vezes, você está em um lugar em que você não está feliz. Eu fui âncora do SPTV, que é o telejornal local da Globo em São Paulo. Testei e pedi demissão, porque não era a minha praia, não funcionava eu fazer aquele papel do locutor. Na época, o modelo do SPTV não era igual o de hoje, e era tão quadrado o papel do apresentador que eu não me sentia à vontade, ainda que tivesse uma audiência enorme. Mas, em vários momentos da mi-

nha carreira, eu tive meu trabalho como jornalista e como cidadão de forma mais completa. Quando a gente criou a Revista Imprensa, por exemplo, foi uma experiência super legal. A Revista Radar, que fechou com oito meses também teve os seus momentos de criação.

E qual será o seu próximo projeto?

PM - Eu entreguei ontem uma série pro SESC TV, que são trezes documentários e a gente já está acertando de fazer uma nova série sobre arquitetura, mas uma série que vai ter na cena a internet, para que os internautas possam participar da produção, da escolha dos temas e da indicação dos lugares a serem filmados. E na segunda-feira (4/11), eu entreguei dois volumes da história da ditadura, mais de novecentas páginas. Quero agora fazer um documentário. Eu já tenho 70 horas gravadas sobre as “Diretas Já”. E vou começar um novo livro sobre os documentos secretos da ditadura. E, claro, tem a continuação do projeto do “Retrovisor”.

Como foi trabalhar como jornalista durante a ditadura?

PM - Foi muito ruim, porque você não podia fazer as coisas, e o pouco que era feito, não mudava nada. Primeiro, nem todos resistiam à censura. Segundo, aqueles que resistiam não acrescentavam muita coisa. A gente tentava exercer a nossa profissão, mas não tinha charme, não tinha graça nisso. Isso pode ser divertido contar depois, mas não tinha nada de tão heróico.

Beatriz Carrer

beacarrer@gmail.com

Jéssica Sant'Ana

jessicasantana06@hotmail.com

Maria Luiza Buriham

marialuizaburiham@gmail.com

Comunicação regulamentada

Regras para mídia ainda são tabu

Aprovação da *Ley de Medios* na Argentina expõe motivos da restrição do debate sobre o tema no Brasil

Após quatro anos de brigas judiciais entre o governo de Cristina Kirchner e o Grupo Clarín, a Suprema Corte argentina endossou, na primeira semana de novembro, o texto integral da *Ley de Medios*, ao julgar constitucionais os quatro artigos - 41, 45, 48 e 161 - contestados pela *holding*. A decisão obriga os grandes grupos do setor a se desfazerem de parte de seus ativos para respeitar a margem de 24 licenças de TV a cabo e 10 para TV aberta e impedem que uma empresa de mídia tenha simultaneamente um canal pago e outro de TV aberta na mesma praça. Para o Clarín, isso significa livrar-se de mais de 70% de seus canais por assinatura, além de vender várias de suas empresas.

Apesar da nova lei ter a proposta de democratizar a mídia através de uma divisão mais equitativa e social do espectro eletromagnético, intervalo das frequências onde se propagam as ondas de rádio e TV, há quem defenda que a norma é autoritária e fere a liberdade de expressão. Uma das vozes mais expressivas deste contra-argumento no Brasil é o Grupo Globo, que, como seu equivalente argentino, abocanha a maior fatia do mercado de comunicação eletrônica no país. A ideia manifestada pelos veículos da emissora é que a regulamentação é um golpe ao Clarín.

Logo após a aprovação da lei pela Corte Suprema da Argentina, uma reportagem do *Jornal Nacional*, da edição do dia 29 de outubro, diz que a decisão é uma vitória para a Casa Rosada e "vai conseguir limitar drasticamente o tamanho do grupo de comunicação [...] uma das poucas vezes críticas ao governo [de Cristina Kirchner]." O presidente da Associação Internacional de Radiodifusão, ex-vice-presidente de relações governamentais do grupo RBS, Alexandre Jobim, complementa, declaradamente contra a regra: "a lei quer derrubar um suposto oligopólio de alguns grupos independentes que são opositores ao governo Kirchner, e por outro lado o governo vai estar fazendo um movimento contrário de fazer uma verdadeira colonização, mediante publicidade oficial nos meios aliados".

Com um faturamento que chega a ser três vezes maior que o do Clarín, na cifra de US\$ 5,8 bilhões ao ano, o império das Organizações Globo soma, por exemplo, cinco emissoras próprias e 117 afiliadas na televisão aberta, 10,4% da maior empresa de telecomunicações via cabo da América Latina, a NET, 7% da SKY e a maior produtora de conteúdo destinado a TV paga da América Latina, a Globosat. Sendo assim, o re-



Projeto de lei foi deixado de lado para evitar embate com empresas midiáticas durante o governo Lula

conhecimento da legitimidade dos artigos antimonopólicos no país vizinho representa uma das maiores ameaças ao grupo.

Para o professor de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, e autor dos livros *Mídia, Poder e Contrapoder* e *Vozes Abertas da América Latina*, Dênis de Moraes, "a bateria de críticas e perseguições ao governo Kirchner, à Venezuela e demais países que enfrentam o problema, é um bloqueio da grande mídia, que além de intencional, é perverso e antidemocrático, porque a maioria da população ainda depende dos grandes canais para se informar. Com isso, as campanhas [que debatem a regulamentação no Brasil] não conseguem atingir a sociedade, só os formadores de opinião".

Segundo ele, os governos argentino e venezuelano conseguiram aprovar leis que tratam do assunto porque assumiram a urgência de enfrentar o problema. "[No Brasil] há uma falta de ação e interesse governamental enorme para fazer passar pela sociedade a questão da revisão da lei de comunicação como algo estratégico", afirma.

A pesquisa *Democratização da Mídia* realizada este ano pela Fundação Perseu Abramo realizou este ano 2400 entrevistas com brasileiros de 16 anos ou mais, cobrindo as áreas urbana e rural de 120 municípios das cinco macro-regiões do país. Ela mostrou que sete em cada dez brasileiros não sabem que as emissoras de TV aberta são concessões públicas. Ainda assim, mesmo que não entendam exatamente como funciona o sistema de concessões, 71% é a favor de mais regras para a programação veiculada na TV.

Natália Pillati
natt.ufsc@gmail.com
Patrícia Pamplona
patipamplona3@gmail.com

Projetos para a democratização são vetados por falta de interesse

Diversos projetos já foram feitos para regulamentar os artigos da Constituição Federal que dizem respeito à comunicação. O mais recente, elaborado durante o governo Lula, mas, acabou sendo deixado de lado para evitar o embate com as empresas de comunicação, segundo o coordenador do coletivo de comunicação social Intervezes, Pedro Ekman.

Em 2009, entidades congregadas na associação civil, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), apresentaram um projeto de lei de iniciativa popular para dar continuidade a proposta de regulamentação. O Projeto de Lei da Mídia Democrática tem 33 artigos que tem como eixos principais: uma divisão mais justa das licenças, espelhando-se no caso argentino, com um terço delas reservadas ao sistema público; estimular a produção nacional e regional; e estender a proibição de concessões não apenas para senadores e deputados, mas também para parentes de primeiro grau. (Mais informações sobre o projeto no box ao lado).

Ekman destaca que, para a regulamentação garantir TVs e rádios independentes, é preciso entender que o espaço criado para elas é público e não estatal. Outro ponto fundamental é que as decisões do quadro diretivo não passem pelo alto escalão do governo. "As TVs e rádios públicas têm que ser independentes tanto da publicidade, quanto do governo", afirma.

Para o professor de Jornalismo da UFF Dênis de Moraes, o projeto é um ponto de partida importante, mas precisa ainda de aprimoramentos. Ele explica que na Argentina a lei foi

"Argentina desferiu golpe contra liberdade de expressão para atingir o Clarín",

Editorial RBS

construída a partir de discussões com todos os grupos que têm interesse e reforça que, no Brasil, parte do problema é a falta de interesse político. "Se o governo tivesse interesse, enviava os burocratas aos outros países para aprender", afirma. O coordenador do Intervezes complementa que a regulamentação da mídia no país ainda não aconteceu também por influência dos grandes grupos de mídia: "são essas empresas que têm força para impor a pauta política."

Por outro lado, a RBS, afiliada da Rede Globo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, segue a mesma linha da matriz. Em editorial publicado no último dia 31 de outubro em todos jornais da rede, ou seja, quatro no estado gaúcho e cinco no catarinense, as críticas são explícitas. A opinião da empresa é a que "o governo argentino desferiu um golpe mortal na liberdade de expressão [e] pretendeu [...] atingir especificamente o Clarín, que atua de forma independente e não se alinha aos interesses da Casa Rosada".

O posicionamento da empresa foi questionado pela reportagem a sua assessoria, que indicou o editorial em sua resposta. Ao ser solicitada uma não foi atendida.

Principais mudanças propostas

O Projeto de Lei da Mídia Democrática traz 33 artigos para regulamentar o que foi estipulado pela Constituição Federal de 1988. Confira abaixo algumas das propostas:

- 1/3 dos canais de televisão terrestre e rádio reservados ao sistema público, sendo metade àqueles de caráter associativo-comunitário
- As emissoras mantidas ou vinculadas ao Poder Público devem ter um órgão curador composto em sua maioria pela sociedade civil para participar das discussões e decisões, zelando pela independência editorial
- Criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública para garantir o financiamento das emissoras públicas, composto, dentre outros, por: verbas do orçamento público, 3% da receita de publicidade veiculadas nas emissoras privadas e doações
- Os artigos 14 e 16 tratam dos mecanismos para impedir a concentração de licenças. Fica vetado: que o mesmo grupo de mídia possua mais do que cinco emissoras no país e que mantenha simultaneamente na mesma localidade uma licença para explorar serviços de comunicação, se já explorar outro serviço desse tipo, se for empresa jornalística que publique jornal diário ou se mantiver ações com empresas do mesmo tipo
- Para obter as licenças, é proibida a participação acionária, operação, controle ou exercício da função de direção da prestadora por parlamentares ou pessoas que obtêm foro privilegiado ou de seus parentes em primeiro grau

Acesso à internet



Votação do Marco Civil é adiada

Projeto de lei ainda pode sofrer alterações antes de ser definido na Câmara dos Deputados

Mesmo após mais de 15 anos de acesso público à internet no Brasil, a rede mundial de computadores continua existindo sem regulamentação. Foi com essa constatação que o professor de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e representante do Creative Commons, Ronaldo Lemos propôs, em artigo publicado em 22 de maio de 2007, a criação do que hoje leva o nome de Marco Civil da Internet, o Projeto de Lei 2126/2011. Lemos explica que a ideia do projeto é que "a primeira lei brasileira da internet seja uma lei para assegurar direitos, e não uma lei repressora ou criminalizadora".

Na contramão de outras iniciativas legislativas, como o Projeto de Lei de Crimes Cibernéticos (PL 137/2000) de autoria do Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG), que tramita há 13 anos no Congresso, o Marco Civil se propõe a reafirmar as garantias da Constituição Federal e da Declaração Universal de Direitos Humanos no ambiente virtual. "O caminho natural de regulamentação da rede, seguido por todos os países desenvolvidos, é primeiramente estabelecer um marco regula-



Os deputados Eduardo Cunha e Henrique Eduardo Alves em sessão

"Primeira lei do Brasil deve garantir direitos, não repressora e criminalizadora"

Ronaldo Lemos, professor da UFRJ

tório civil, que defina claramente as regras e responsabilidades com relação a usuários, empresas e demais instituições acessando a rede para, a partir daí, definir regras criminais", afirma o professor.

No entanto, a iniciativa que ganhou forma em 2009 e, paulatina-

mente, tomou força com o apoio de movimentos sociais, de intelectuais e de artistas, rasteja na agenda de votação da Câmara dos Deputados. Após a apresentação do novo relatório do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), no início de novembro, houve uma primeira reação, de diferentes partidos, questionando pontos do projeto. Com muitos deles, foi possível chegar num acordo de redação para manter intocados os pontos centrais do projeto: a neutralidade de rede, a privacidade do usuário e a liberdade de expressão dos internautas. Apesar disso, o líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha, defende uma alteração do texto que permita quebrar a neutralidade da

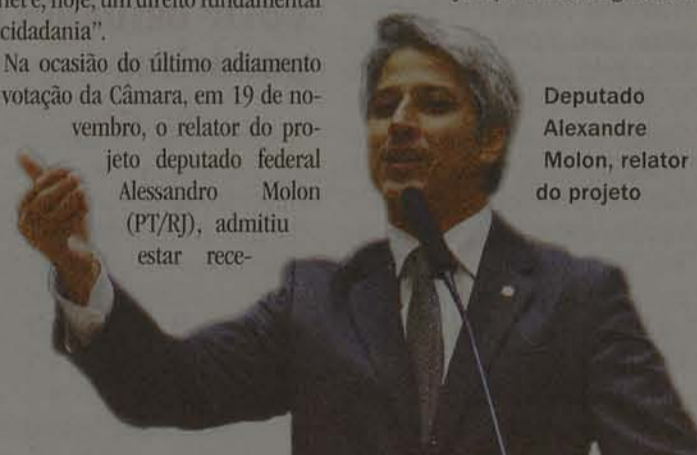
rede para que operadoras de telecomunicações possam oferecer pacotes diferenciados para os usuários em função do tipo de serviço ou de conteúdo acessado na rede.

Para Bia Barboza, do Coletivo Intervenções, caso as mudanças propostas por Eduardo Cunha sejam aprovadas, será criado um "apartheid digital" com usuários de duas categorias, "no qual aqueles que podem pagar mais terão direito a acessar todos os recursos da internet e, aqueles que não puderem, serão obrigados a se contentar com e-mails e redes sociais". Ela acrescenta: "a sociedade civil se opõe fortemente a esta possibilidade, porque entende que o acesso pleno à internet é, hoje, um direito fundamental da cidadania".

Na ocasião do último adiamento da votação da Câmara, em 19 de novembro, o relator do projeto deputado federal Alessandro Molon (PT/RJ), admitiu estar rece-

bendo sugestões de mudança no texto, e anunciou uma nova versão do projeto que atinja consenso entre as bancadas. "Tudo o que puder ser aproveitado será aproveitado, desde que não mexa com os pilares do projeto: privacidade do usuário, liberdade de expressão e neutralidade da rede", informou Molon à imprensa. Sobre a questão, a Ministra das Relações Institucionais Ideli Salvatti revelou que o Governo advoga a inclusão de questões que considera estratégicas para o país no documento, como a obrigatoriedade da armazenagem dos dados no país.

João Paulo Fernandes
joaopaulo.fs14@gmail.com



Deputado Alexandre Molon, relator do projeto

Princípios do Marco Civil da internet

Privacidade do usuário

Assegura a inviolabilidade da intimidade e da vida privada do usuário, garantindo o sigilo de suas comunicações, exceto

em casos de quebra de sigilo por ordem judicial. A lei proibiria o fornecimento a terceiros de registro de conexão e de acesso a aplicações online, tais como endereço de IP e senhas de e-mail e redes sociais

Liberdade de expressão

O Marco Civil reafirma os direitos de liberdade de expressão e pensamento previsto na Constituição e proíbe qualquer forma

de censura prévia de conteúdos. A lei não responsabiliza os provedores de internet pelos danos gerados pelos usuários, salvo em caso de descumprimento de decisão judicial pela exclusão de conteúdo

Neutralidade da Rede

Projeto obriga as empresas provedoras de sinal que façam distinção quanto ao conteúdo, origem, destino ou terminais utilizados. Ou seja, o preço dos pacotes apenas poderá variar de acordo com a velocidade contratada, e não quanto ao conteúdo baixado ou enviado à rede, por computadores, dispositivos móveis e outros



A Lei atribui ao Estado

Melhora da infraestrutura, promovendo da qualidade técnica
Promoção de programas de capacitação para o uso da internet
Desenvolvimento de ações para facilitar a participatividade nas políticas públicas

A Lei não garante

Barateamento do acesso à internet
Aumento da velocidade sem aumento de preço

Luta contra a discriminação



Dilma Rousseff assina decreto que regulamenta Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial no evento

Conferência abre espaço para discussão de igualdade racial

Evento propôs democracia e crescimento sem preconceito

“Venham preparados ou não venham de jeito nenhum”. Parafrazeando a escritora Tony Morrison, a Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Luiza Bairros, fez a abertura oficial da III Conapir (Conferência de Promoção de Igualdade Racial), que ocorreu entre os dias 5 e 7 de novembro, em Brasília. Realizada pela Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), a conferência teve como principais objetivos reafirmar e ampliar o compromisso do Governo Federal e da sociedade brasileira com políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade como fatores essenciais à democracia plena e ao desenvolvimento com justiça social no Brasil; avaliar os avanços obtidos e os desafios a serem enfrentados após dez anos de implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; propor recomendações para o enfrentamento ao racismo e o fortalecimento da promoção da igualdade racial no âmbito do Poder Executivo (federal, estadual e municipal) e de outros Poderes da República; e discutir os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, tendo em vista a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Nos intervalos das plenárias era possível ouvir batuques e pandeiros

Com o tema “Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo”, 1,2 mil delegados, 200 convidados e mais 300 pessoas, entre imprensa e organizadores do evento, representaram diversas comunidades. Entre os intervalos das plenárias, eventualmente era possível ouvir batuques, pandeiros, tambores ou berimbaus ecoando pelo local. Na roda de samba, um negro alto, de dread nos cabelos, que tocava o pandeiro explicou que é proibido entrar na frente do instrumento, por questão de respeito. E assim era formado mais um círculo de canto, ou ginga de capoeira, marcado pela diversidade. Em volta, membros de matrizes africanas, comunidades quilombolas, ciganas e indígenas interagiam de alguma forma.

A solenidade de abertura teve a participação da presidente da República, Dilma Rousseff, que anunciou o envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que reserva 20% das

vagas de concursos públicos federais aos negros. Na mesma ocasião, a presidente assinou o decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir; confirmou a criação de uma instância específica para tratar da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Ministério da Saúde; e garantiu que, até março do ano que vem, todas as comunidades quilombolas do país receberão profissionais do Programa Mais Médicos.

Dilma também afirmou que o projeto da lei das cotas no serviço público federal tem grande potencial transformador e é exemplo para outros entes da federação e aos poderes legislativo e judiciário. “Nós queremos que o debate seja amplo, intenso, mas rápido e sério. Por isso estou submetendo o Projeto de Lei sob regime especial, que dá 45 dias para sua análise, sob pena da pauta do congresso ser trancada se o projeto não for votado”, acrescentou. Ela também reiterou o apoio do Governo Federal à aprovação do PL 4471, sobre os Autos de Resistência, para garantir o combate à violência que recai sobre a população negra.

Taynara Macedo
taynaramacedo.jor@gmail.com

Ativista defende movimento para garantir direitos a mulheres negras

Algumas representantes de movimentos relacionados às causas de igualdade racial e combate ao racismo responderam questões que para muitos parecem óbvias, mas que para parte da população brasileira não fazem sentido.

A secretária executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil, Simone Cruz, que também é psicóloga, com mestrado em saúde coletiva, é uma das representantes da Marcha das Mulheres Negras, criada em 2011. Ela explica que a Articulação é uma rede de organizações de mulheres negras que estão em todas as regiões do Brasil. “As mulheres negras estão organizadas com o intuito de fortalecer as agendas de nível local a nível nacional. Nossas demandas vêm dos locais, das dificuldades que as mulheres negras acabam vivenciando, tanto no campo da saúde, quanto no campo da educação, do trabalho, entre outros. Existem dados que comprovam que as elas têm maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o que faz com que doenças acometam diferentemente mulheres negras. No caso da morte materna, por exemplo, existem dados que comprovam que as mulheres negras morrem mais por complicações no parto e pós-parto do que as brancas”.

A criação de uma agenda particular para as causas de mulheres negras não separa ainda mais?
Simone Cruz: Nossa agenda realmente é bem particular, mas todos os movimentos são legítimos. Porque temos uma questão que é estruturante: o racismo. Com certeza no movimento de mulheres negras, mas nossa pauta vem justamente buscar com que as pessoas entendam que o racismo vai afetar diferentemente. Ele que vai definir o motivo pelo qual a mulher negra tem vivenciado dificuldades específicas.

Se há um movimento negro, por que é necessário ter um movimento de mulheres para falar de racismo?
SC: Uma das questões que fez com que as mulheres negras se organizassem foi exatamente essa. No movimento negro se fala de racismo, sim, mas na questão particularmente das mulheres negras a gente não se sentia contemplada o suficiente. A gente sentia dificuldade de ter um espaço legiti-



Cruz representa o movimento

mo para buscar nossas agendas, nossas questões enquanto mulheres dentro do movimento negro.

É possível formar um grupo de mulheres brancas e ruivas que sofrem preconceito?

SC: A questão é que o racismo é estruturante. Hoje percebemos que a população negra é maioria no Brasil. 52% da população do país se auto declara negra ou parda. A pessoa ruiva não vai sofrer racismo como uma mulher ou um homem negro, porque o racismo define que a pessoa é discriminada pela cor da pele. Às vezes dizemos ‘uma pessoa branca e pobre também sofre discriminação’. Então buscamos fazer com que as pessoas entendam que existe discriminação na sociedade. Por mais que você seja ruiva, essa condição não te limita a estar em determinados lugares. Por exemplo, uma vez ouvi alguém dizer que quando era criança a chamavam de ‘alemoa batata’, mas isso não fez com que ela deixasse de ascender socialmente. Uma criança que cresce ouvindo ser negra e discriminada pela cor da sua pele tem a autoestima afetada e vai ter dificuldade para ascender socialmente.

O movimento Mães de Maio foi criado por causa das chacinas que ocorreram no mesmo momento em que estouraram os ataques da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado de São Paulo, em 2006, contra policiais militares e civis.

De acordo com o movimento, na capital paulista e na Baixada Santista, cerca de 500 jovens foram assassinados. Uma das fundadoras e coordenadora do Mães de Maio, Débora Maria da Silva, explica que as atividades do movimento Mães de Maio começaram internamente, para auxiliar as mães que tiveram seus filhos mortos assim como ela.

Transporte

Sistema Integrado de Mobilidade da Capital é alvo de contestações

Falta de estudos e audiências são principais ressalvas

Florianópolis, que há quatro anos foi considerada a capital brasileira com o pior índice de mobilidade, segundo estudo do pesquisador Valério Medeiros da UnB, tem um novo planejamento de trânsito para as próximas três décadas. O Sistema Integrado de Mobilidade (SIM) foi lançado juntamente com o primeiro edital de licitação do transporte coletivo no final de setembro. O projeto é uma parceria da prefeitura com o governo do estado, governo federal e região metropolitana e foi criado com a promessa de estabelecer normas e diretrizes para integrar, modernizar e otimizar o sistema de transportes.

Valmir Piacentini, secretário de Mobilidade Urbana, acredita que o edital é um passo importante para eliminar o "caráter precário atual", mas as maiores mudanças devem acontecer depois que as obras do Sistema Integrado forem finalizadas. "No próximo ano os usuários do transporte coletivo terão o conforto e a qualidade do sistema, a confiabilidade só virá quando for implementado o SIM. Parafraseando Neil Armstrong, o edital é um pequeno passo para o presente, mas

"Está mais para um sistema viário que de mobilidade urbana", critica Lino Peres

um grande salto para o futuro". Já o coordenador do Grupo de Estudos da Mobilidade Urbana da UFSC e vereador (PT) de Florianópolis, Lino Peres, faz ressalvas quanto ao plano da prefeitura: "é um passo, já que a mobilidade aqui está muito atrasada, mas é parcial demais e trata somente da região metropolitana". Peres lembra que a lei nacional 12.578, sancionada ano passado, exige que os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem planos de mobilidade urbana em até três anos, que devem ser integrados aos planos diretores das cidades. "Florianópolis carece de um estudo. O BRT (Bus Rapid Transport), por exemplo, é uma boa opção, mas há outros modais mais em conta, como o VLT (Veículo Leve sobre os Trilhos ou metrô de superfície). É necessário fazer um estudo comparativo e assim decidir qual é a

melhor alternativa".

Em relação à construção do teleférico, Peres ressalta a falta de debate sobre a obra e afirma que, apesar da não existência de um projeto que definisse como funcionaria o meio de transporte, "a câmara liberou a obra para que a prefeitura pudesse captar os recursos da Caixa, que tinham um prazo apertado, na condição de se fazer uma audiência pública. Entramos em acordo com o líder do governo, Dalmo Menezes (PP), mas ainda não sabemos quando acontecerá. É um compromisso moral e, se não acontecer, vou entrar com uma denúncia no Ministério Público para apurar o investimento". O professor ainda comenta que o teleférico tem desvantagens em relação a outros meios de transporte, por não transportar a quantidade necessária de pessoas e ser mais lento que os corredores exclusivos de ônibus. "O projeto está mais para um sistema viário do que para um sistema de mobilidade urbana da capital". Procurado pela reportagem, o vereador Dalmo Menezes não retornou as ligações.

Natália Porto
natallaporto.jor@gmail.com

Obras do SIM

Etapa	Obra	Valor	Financiamento
1	Criação da Central de inteligência de trânsito	20 milhões	PAC 2/Etapa 2
2	Anel Viário no itinerário do Volta ao Morro, implantação de via exclusiva para ônibus (Bus Rapid Transport) e Teleférico	149 milhões	PAC 2/etapa 2
2	Ponte Hercílio Luz priorizada para transporte público	169 milhões*	
2	Duplicação da SC 403	Em andamento - 35 milhões	Governo Federal e Estadual
2	Novo acesso ao sul da Ilha	Em andamento - 85 milhões	
2	Faixa preferencial e ciclovia Av. Ivo Silveira	6,5 milhões	Badesc; Programa Juro Zero
2	Rede Cicloviária Universitária/Central/Continental/Bairros/Lagoa	Não informado	
2	Nova Zona Azul: parquímetros e pagamento por permanência	Não informado	
2	Elevado em Canasvieiras	6,5 milhões	Governo do Estado
2	Pavimentação da Rua Padre Rohr	Em andamento - 4,8 milhões	
2	Pavimentação da Rua General Vieira da Rosa	Em andamento - 623 mil	
2	Terceira pista/ passagem subterrânea Bairro João Paulo e acesso ao Bairro Monte Verde	Não informado	
3	Quadruplicação da Via Expressa	**	
3	Implantação de corredores de ônibus na Via Expressa	Não informado	
3	Alça de Contorno	Não informado	
3	Corredor Bus Rapid Transport	Não informado	
3	Duplicação Rod. Admar Gonzaga	Não informado	
3	Nova Ponte da Lagoa da Conceição	Não informado	

Fonte: Prefeitura de Florianópolis

Licitação de empresas de ônibus é adiada

A previsão inicial era que os envelopes da nova licitação do transporte público fossem abertos no início de novembro e as empresas teriam até agosto de 2014 para colocar a frota na rua. Mas a decisão foi suspensa por 15 dias pela Comissão de Licitação depois que técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sugeriram algumas mudanças no texto do edital. Agora a previsão é de que o processo ocorra só no início do próximo ano, e as empresas licitadas administrarão o transporte coletivo da cidade por vinte anos.

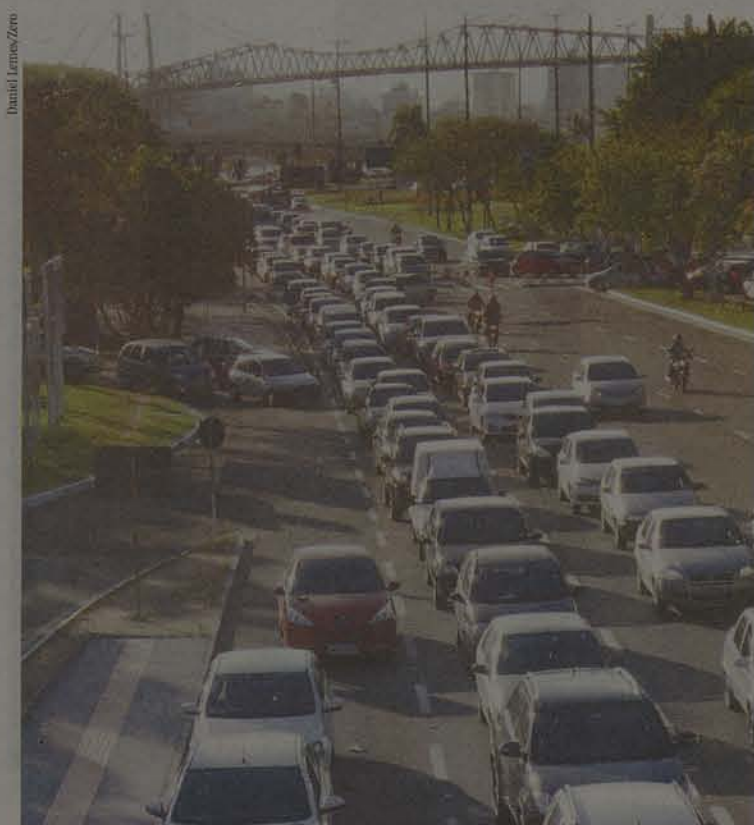
Segundo Valdir Gomes, presidente do Setuf, Sindicato das Empresas do Transporte Urbano, a regulamentação é esperada há muito tempo, "por trabalharmos sem licitação não temos uma garantia jurídica de permanência no serviço". O edital de licitação e o plano de mobilidade são promessas antigas dos políticos de Florianópolis. "Eu acre-

dito que o nosso sistema de transporte coletivo em Florianópolis é o padrão Brasil. Não temos coisa melhor do que aqui. O que não temos na cidade é a mobilidade e por esse motivo podemos dizer que o nosso serviço é deficiente", atesta Gomes. A população, por enquanto, deve se contentar apenas com pequenas mudanças na frota de ônibus. "Agora, os usuários do transporte vão ter apenas o pequeno consolo de dizer que está mais confortável do que antes, mas é um início", comenta o secretário.

A prefeitura aposta na tecnologia no novo edital. Está prevista a criação de aplicativos para tablets e celulares, onde o usuário pode acompanhar o trajeto e informações como tempo de espera no ponto e itinerário dos ônibus, além da instalação de GPS e câmeras de vigilância na frota. A integração será realizada nos pontos de ônibus, sem tempo máximo de tolerância, que

hoje é de 20 minutos a partir do uso do cartão, e o sistema permite a ligação de outros meios de transporte, como o teleférico e dos ônibus executivos com os convencionais. Um comitê da Secretaria de Mobilidade estuda, também, a possibilidade de ativar o Terminal de Capoeiras, o que receberia os ônibus intermunicipais vindos de Biguaçu, São José, Palhoça e outras cidades da região metropolitana.

Mesmo diante das melhorias, Dionísio Linder, do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte da Grande Florianópolis (Sintraturb), reclama da falta de audiências para debater o edital. "Uma empresa só pode ganhar a licitação. Assim, não haverá concorrência. A qualidade do transporte vai continuar a mesma. As empresas que estão circulando vão montar um consórcio e só o que vai mudar vai ser a cor dos ônibus."



Sistema de Mobilidade promete priorizar transporte coletivo na Capital

Hospitais de Custódia

Estado procura soluções para 'loucos infratores' no país

Após cometerem crimes, pacientes enfrentam impasses no governo para receberem o tratamento adequado pela rede básica de saúde e, muitas vezes, encaram resistência de familiares

Rogério da Rocha Campos chegou a Florianópolis há quase três décadas, vindo de Campo Erê, terra de agricultores no interior de Santa Catarina. Nasceu nos idos de 1952, época em que o município ainda não tinha seu desmembrado de Chapecó, no Oeste do Estado. Hoje, dos 9.370 habitantes da cidade, são poucos os que conhecem Rogério e sua história.

Sua vinda à capital catarinense foi atribulada. Chegou por ter cometido um crime: assassinou a esposa em 23 de maio de 1984. Na época, foi constatado que Rogério sofria de esquizofrenia e, dois meses depois do homicídio, ele foi encaminhado ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) do estado. Desde então, não saiu mais de lá.

De acordo com estimativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 4,5 mil detentos (entre homens e mulheres) estão internados em 30 Hospitais de Custódia no Brasil. Mesmo assim, há uma movimentação do CNJ para desarticular o tratamento de pacientes acometidos com transtornos mentais pela Justiça, passando a responsabilidade à rede básica de Saúde. Por conta disso, em 2001, foi promulgada a Lei Federal nº 10.216, conhecida como 'Lei Antimanicomial'.

Ela regulamenta os direitos das pessoas com deficiência mental e, dentre outras diretrizes, define a extinção progressiva dos manicômios judiciais brasileiros.

No Brasil, a criação oficial destes manicômios ocorreu em 22 de dezembro de 1903, mas o primeiro manicômio judiciário só foi construído em 1919, no Rio de Janeiro. Depois vieram o de Porto Alegre, em outubro de 1925, e o Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, no Estado de São Paulo, em 1933. O termo Hospital de Custódia só foi adotado em 1984, quando houve a reforma no Código Penal brasileiro. Em Santa Catarina, o HCTP do Complexo Prisional da Agrônômica foi fundado pelo governador Colombo Salles em 1971 e, até 1992, ainda eram utilizados eletrochoques como tratamento médico — prática abolida desde então.

Depois de 29 anos internado, Rogério Campos perdeu sua capacidade de interação com as pessoas e de readequação a práticas sociais. É por isso que poucas pessoas convivem com ele. Uma delas é a assistente social Rita de Cássia Daros, que já trabalha há 26 anos no HCTP da capital. Ela conta que Rogério assassinou a esposa durante um surto psicótico causado pela esquizofrenia, ao ficar sabendo que ela o havia traído com outro homem. Hoje, ele

Segundo CNJ, cerca de 4,5 mil detentos estão internados em 30 hospitais de custódia no Brasil

leva uma vida simples e pacata. Cuida da horta do Hospital, roça os gramados do Complexo e afirma veementemente que não precisa de dinheiro para viver. "Faz anos que tentamos desinternar o Rogério, mas nunca conseguimos encontrar um lugar que pudesse recebê-lo e oferecer-lhe um tratamento adequado", explica Daros.

De acordo com o Código Penal brasileiro, os ditos 'loucos infratores' não recebem o mesmo tipo de sanção que os criminosos comuns. A eles é conferida uma medida de segurança, de um a três anos de duração, em que se restringe sua liberdade, levando-os à internação em hospitais de custódia, nos casos mais graves, ou ao tratamento ambulatorial na rede básica de saúde. Tais medidas destinam-se aos maiores de 18 anos declarados inimputáveis, ou seja, aqueles que não são capazes de compreender o caráter ilícito do crime que cometeram.

Atualmente, o HCTP catarinense conta com cerca de 130 internos e tem uma lista de espera com 56 nomes. No local, são oferecidas oficinas de arteterapia, artesanato, educação física e ainda há uma escola de ensino fundamental com aulas de informática. Além disso, a enfermeira Erli Alexandrina de Souza, que já trabalha há 23 anos na casa, confere aos pacientes medicamentos antipsicóticos e, quando necessário, remédios contra diabetes e hipertensão ou o coquetel anti-HIV.

Segundo o diretor do Hospital, Márcio Goulart, a função do HCTP é "manter uma rotatividade entre os pacientes, garantindo que, depois de cumprida suas medidas de segurança, eles possam retomar o tratamento perto de suas famílias, ou em residências terapêuticas adequadas". Ele conta que tentam aproximar ao máximo a família do paciente, auxiliando no processo de desinternação. "Quando os parentes não aceitam o interno de volta, nossas assistentes sociais procuram residências terapêuticas do Estado ou particulares para recebê-los", diz. Entretanto, isso não significa que os processos de desinstitucionalização dos pacientes sejam fáceis. A construção de novas

práticas para pessoas historicamente situadas à margem ainda encontra resistência na rede de atenção à saúde mental, na rede SUS, nas comunidades de origem dos pacientes e também nos órgãos de Justiça, que, muitas vezes, sugerem a reinternação dos pacientes, mesmo na ausência de novo delito.

A partir da promulgação da Lei Federal nº 10.216, o Brasil entrou para o grupo de países com uma legislação moderna e coerente com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Dados da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas apontam que o movimento de desospitalização dos portadores de transtornos mentais cresceu nos últimos anos. Entre 2002 e 2012, houve queda na quantidade de leitos psiquiátricos de 51.393 para 29.958 e redução do percentual de gastos com a rede hospitalar, passando de 75,24% para 28,91% do orçamento da Saúde. Por outro lado, a quantidade de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) subiu de 424 para 1.981, em todo o país, e o percentual de gastos extra-hospitalares aumentou de 24,76% para 71,09%, visto que o valor investido nos CAPS passou de 460 milhões em 2011, para 776 milhões em 2012.

Uma das alternativas para resolver o processo de desinstitucionalização dos pacientes, seguindo as diretrizes da Lei Antimanicomial, é a criação de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Em Santa Catarina, somente os municípios de Joinville e Monte Castelo contam com esse tipo de espaço, mas ambos já estão lotados. Para o Ministério da Saúde, os SRT são estratégias no processo de retirada dos pacientes dos Hospitais de Custódia. Estes caracterizam-se como moradias inseridas na comunidade, destinadas a pessoas com transtorno mental egressas de hospitais psiquiátricos. O caráter fundamental do SRT é ser um espaço de moradia que garanta o convívio social e a reabilitação psicossocial, promovendo os laços afetivos, a reinserção no espaço da cidade e a reconstrução das referências familiares.

A técnica em saúde mental da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, Marli Nunes, reconhece que são poucas as unidades de tratamento oferecidas pela rede básica estadual. Apesar disso, ela afirma que já há um esforço para enquadrar Santa Catarina nas diretrizes da Lei Antimanicomial. "Começamos há pouco tempo a trabalhar no assunto. Ainda estamos a passos lentos. Apesar disso, já temos projetos para a criação de novas residências

terapêuticas pelo Estado; e a prefeitura municipal de Criciúma já recebeu subsídio para iniciar a construção de um destes", diz.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça, publicou, em 2010, uma portaria que estabelece que "o Poder Executivo, em parceria com o Poder Judiciário, irá implantar e concluir, no prazo de 10 anos, a substituição do modelo manicomial de cumprimento de medida de segurança para o modelo antimanicomial", definindo que até 2020 todos os Hospitais de Custódia devem ser fechados. Mesmo assim, Márcio Goulart não acredita no fim dessas instituições vigiadas. Para ele, "há a necessidade de se manter reclusos os infratores que cometeram delitos graves". Ele ressalta, também, que há a necessidade de se fazer um trabalho preventivo pela rede básica de saúde, visando alcançar, principalmente, os jovens e adolescentes, evitando que eles desenvolvam transtornos sérios quando adultos.

Como tentativa de enquadrar Santa Catarina nos padrões estipulados em lei, o Tribunal de Justiça do Estado

Lei Antimanicomial determina que os hospitais de custódia sejam extintos até 2020



Em Santa Catarina, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Complexo Prisional da Agrônômica foi fundado pelo governador Colombo Salles em 1971.

criou, em 2011, o Programa de Atendimento ao Paciente Infrator (PROA-PI), seguindo modelos adotados pelos estados de Goiás (o Paili) e de Minas Gerais (o PAI-PJ). O programa, que é coordenado pela desembargadora Salete Sommariva e pela juíza Sônia Moroso, tem por objetivo levantar o diagnóstico de todos os processos de pacientes judiciais e encaminhá-los à desinternação. Além disso, ele busca fomentar convênios e formar redes de apoio a fim de propiciar a reintegração do paciente junto às famílias e à sociedade. Segundo Wânia Kamienski, integrante do Programa no TJ/SC, já foram analisados 54 processos e em todos foram constatados casos passíveis de desinternação. Ela afirma que "o PROA-PI tem amplitude para articular com os outros poderes a criação de políticas públicas efetivas para responder às demandas dos pacientes judiciais com transtornos mentais".

Mesmo com todo o investimento realizado para tornar o tratamento ao 'louco infrator' mais humanizado, Rogério da Rocha Campos permanece internado no Hospital de Custódia em Florianópolis sem previsão de quando estará novamente livre. A assistente social Rita Daros revela, contudo, que encontrou uma residência que se encaixa no perfil do paciente, localizada no município de Enseada do Brito. Quem sabe o destino de Rogério não muda, afinal.

Flavio Crispim
flaviotoassi@gmail.com



Criação de Serviços Residenciais Terapêuticos é alternativa de desinternação



HCTP/SC tem cerca de 130 internos e uma lista de espera com 56 nomes

Goiás tem projeto referência para a ressocialização de pacientes

No estado de Goiás, existe, desde 2006, o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (Paili), que atende pessoas portadoras de transtornos mentais e que foram submetidas a medidas de segurança. O Paili busca oferecer atenção integral ao paciente, desde o retorno ao convívio familiar, até tratamento odontológico, atendimento clínico, fornecimento de moradia, documentação pessoal e benefício previdenciário. O programa supervisiona o tratamento conferido ao paciente nas clínicas psiquiátricas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, ao mesmo tempo, faz a mediação entre o paciente e o juiz. Atualmente, 243 pacientes são acompanhados pelo programa em 77 municípios goianos.

Segundo o promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás e idealizador do projeto, Haroldo Caetano, o processo de construção do Paili é antigo e iniciou em 1996, mas foi instituído somente em outubro de 2006. "Goiás nunca teve um manicômio judiciário. Entretanto, os loucos infratores eram abandonados na agência penitenciária Cepaigo", conta. Ele relata que ainda há dificuldades com o número de vagas e que o trabalho de conscientização dentro do próprio sistema judicial é constante. "O CNJ tem no Paili o modelo a ser seguido como política pública para o tratamento adequado aos pacientes infratores acometidos com transtornos mentais", afirma.

Com o Paili, o assunto deixa de ser focado unicamente sob o prisma da segurança pública e é acolhido definitivamente pelos serviços de saúde pública.

Por conta disso, ao juiz da Vara de Execução Penal cabe acompanhar o tratamento dispensado ao paciente e decidir sobre eventuais excessos ou desvios, até final extinção da medida de segurança.

Segundo a coordenadora do Paili, Maria Aparecida Diniz, "quando o réu é considerado inimputável pela junta médica do Poder Judiciário, o Paili atua com uma equipe multiprofissional para propor o tratamento mais adequado ao paciente, utilizando os recursos da rede psicossocial disponíveis". Depois disso, técnicos do programa são responsáveis por encaminhar e monitorar o tratamento, elaborando e enviando, periodicamente, relatórios aos juizes das varas Criminal e de Execução Penal.

"Todo o tratamento é realizado na rede básica de saúde, seja nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Ambulatórios de Psiquiatria ou, se necessária a internação, nos leitos SUS existentes nas clínicas conveniadas. Apesar disso, caso o município de residência do paciente não possua uma equipe de atendimento adequada, busca-se o serviço em cidades próximas ou na Capital, contando com o apoio logístico das Secretarias Municipais de Saúde", relata Diniz.

O Paili mostra-se como uma eficiente alternativa para a criação de políticas públicas para pacientes infratores acometidos com transtornos mentais no Brasil. Para Haroldo Caetano, "o Paili supera o tema ao dispensar o tratamento em manicômios", e ressalta: "Nos adiantamos 14 anos à recomendação do CNJ sobre o fechamento dos hospitais de custódia".



Pedido de reinternação pela Justiça, na ausência de novo delito, é frequente

Biotério

Debate sobre uso de cobaias é reaceso

Depois do caso Royal, sentença que reverte proibição do uso de animais na UFSC gera polêmica

O tema dos testes em animais esteve no centro das atenções desde o mês de outubro, após a invasão do Instituto Royal, em São Roque (SP), onde cães da raça Beagle, que estavam sendo usados para testes de medicamentos contra o câncer, foram resgatados. A notícia, seguida da reinstauração do direito da graduação de Medicina de usar animais nas aulas, causou protestos, inclusive no campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

A decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador federal Tadaaqui Hirose, de Porto Alegre, reverteu o veredito do juiz Marcelo Krás Borges, que proibia o uso de animais, especificamente camundongos remanescentes do biotério da Universidade e que seriam abatidos de qualquer maneira, em uma disciplina específica onde os alunos das fases iniciais treinavam a realização de cortes, suturas e acessos venosos. A sentença, no entanto, dizia respeito apenas aos animais utilizados na disciplina prática específica da Medicina, e não ao uso de animais em disciplinas de qualquer Centro da UFSC, bem como ao uso em pesquisas.

Mesmo com a liberação, a diretoria do Centro de Ciências da Saúde manteve a utilização de peças de suínos, na aula prática, que seriam originalmente destinados ao consumo humano, comprados em um frigorífico. De acordo com o diretor do Centro, Sérgio de Freitas, "os alunos conseguiram se virar e aprender com o método que estamos utilizando. Não é o ideal, mas não voltaremos a utilizar os animais nessa disciplina específica". A diretoria do CCS ainda está estudando outras medidas para diminuir ainda mais o uso de animais. Uma delas, por exemplo, é a compra de manequins de espuma, específicos para o estudo, que podem possuir sangue, veias e cortes.

Também estão entre as sugestões acabar com o biotério de cães e abrir um de mini pigs, porcos geneticamente modificados criados especificamente para realizar testes de drogas, realizar cirurgias em cães que precisem da intervenção médica e utilizar animais conservados, que morreram naturalmente, nas aulas de anatomia. No entanto, não há qualquer garantia de que as medidas serão instauradas.

Essas atividades são reguladas e supervisionadas pela Comissão de



Nas aulas de Medicina, estudantes da UFSC aprendem técnicas de sutura utilizando carne suína comprada diretamente de frigorífico

Presos são usados para testes em troca de redução de pena, nos Estados Unidos

Ética no Uso de Animais (CEUA), da UFSC, que segue as orientações do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). O órgão federal, estabelecido pela Lei nº 11.794, de 2008, determina as principais diretrizes para o uso, tratamento e destino dos animais após o término das pesquisas.

Segundo a vice-presidente da CEUA, professora Shirley Kuhnen, do departamento de Zootecnia, "a discussão é certamente válida e hoje a utilização de animais precisa ser severamente justificada, porém falar em acabar com os testes em animais, no momento, é inviável". Para uma pesquisa de medicamento ter validade internacional, ela precisa ser feita dentro de certos parâmetros e seguir algumas etapas. O teste em animais é uma delas. A professora ainda completa que, para as disciplinas ou pesquisas na UFSC poderem utilizar animais, devem passar por um rigoroso processo de avaliação,

além de inspeções surpresas regulares. "Ainda existe o mito de que os cientistas gostam de realizar testes em animais, fazê-los sofrer, mas isso não podia estar mais longe da verdade. Os testes em animais são utilizados por não existir uma forma melhor de confirmar a eficácia de um medicamento", diz.

Enquanto os testes de cosméticos em animais estão se reduzindo, graças a bancos de dados que já contêm relatórios sobre os efeitos e reações alérgicas de determinados ingredientes, os testes de medicamentos seguem por outro caminho. Nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas farmacêuticas reduzem o tempo de testes em animais e iniciam testes em presos, em troca de redução de pena, ou em voluntários, mediante pagamento, como uma compensação. "Essas práticas, além de colocarem em perigo milhares de pessoas, a curto e longo prazo, têm o agravante de serem completamente anti-éticas. Se começarmos a fazer isso no Brasil, quem serão os sujeitos de nossos experimentos? Pessoas pobres, que precisam de dinheiro, ou nossos presos?", questiona a vice-presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais.

Grupos que defendem a causa animal protestam contra Biotério

Desde sua criação, em 1977, o Biotério Central da UFSC é alvo de protestos. Manifestantes alegaram, em diversas ocasiões, que é cruel que os animais sejam mantidos presos e até maltratados.

Em maio deste ano, o biotério foi fechado após acusações de crueldade e maus-tratos e reaberto em outubro, já que as acusações não foram comprovadas. Como resultado, cerca de 100 pessoas protestaram contra o uso de animais em pesquisas e aulas. Já em 2011, o grupo Frente de Libertação Animais invadiu o prédio onde os animais eram mantidos e incendiaram o lo-

cal. Em nota, o grupo afirma que deixou sua marca no prédio: "para que todos saibam que estamos aqui e em todos os lugares lutando pela liberdade dos ratos, pombos, cabras e cães que a UFSC mantém em confinamento para serem usados em experimentos ultrapassados que violam os interesses desses animais e em nada beneficiam a saúde humana".

Apesar de todos os protestos e polêmicas, não existe um projeto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que determine o fechamento parcial ou total do biotério nos próximos anos.



Vice-reitora Nilcéia Lemos (esq.) e Marisa Bercht inaugurando o Biotério

Marília Quezado

mariliaquezado@gmail.com

Saúde pública

Florianópolis na luta contra o crack

Governo e prefeitura se mobilizam no combate à droga e tratamento dos usuários na capital

Já passam das dez horas da manhã nas pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles. O movimento crescente dos automóveis trafegando entre ilha e continente e a paisagem bucólica da manhã deixam escapar algo que apenas os olhos mais atentos conseguem enxergar. Na estrutura de uma das pontes, local tecnicamente restrito, caminha um senhor de cabelos grisalhos, vestes sujas, lábios e dedos queimados. Seu nome é Valmir, natural de Urubici. Dos mais de 42 anos que mora em Florianópolis, passou mais de um terço deles aprisionado a uma das drogas mais nocivas ao organismo humano: o crack.

A droga tem se espalhado na cidade em proporções alarmantes, como aponta o relatório realizado pela Guarda Municipal de Florianópolis. De acordo com o mapeamento feito na região central e continental da capital, o número de usuários subiu de 400, em 2010, para 700 até o início desse ano, sendo que 90% deles são oriundos de outras cidades e estados.

Também se constatou cerca de 60 pontos de uso de drogas. Os nove principais estão localizados no aterro da Baía Sul, entre o antigo espaço Fios e Formas e embaixo dos elevados de acesso ao túnel Antonieta de Barros.

A base das duas pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, onde Valmir e outras dezenas de pessoas perambulavam naquela manhã, consta nessa

lista. Naquele lugar frio, sem iluminação, com lixo e latas queimadas espalhadas por toda a parte, forte cheiro de fezes e urina, muitos usuários, alguns deitados em caixas de papelão, cobertos com mantas de lã, sobrevivem em um mundo paralelo. Para o guarda municipal Júnior Ribeiro, um dos responsáveis pela pesquisa, esse é o submundo da droga, onde “o ser humano entra em uma situação degradante e humilhante”, lamenta.

A pedra do crack é uma mistura da cocaína com bicarbonato de sódio e água e é considerada a droga mais viciante e agressiva, pois provoca uma rápida dependência desde a primeira tragada. Por ser mais barata que a cocaína e provocar um efeito muito mais intenso de euforia, segurança e alucinações, aprisiona o usuário e seus familiares. Uma grama custa em média R\$ 15 a R\$ 30 e chega ao cérebro em oito a 12 segundos.

O problema acontece justamente quando acaba o efeito, que não dura mais que 10 minutos, pois o usuário sente cada vez mais vontade e, para consumir a droga, passa a vender e se desfazer de todos os seus bens e do que mais estiver ao seu alcance. Muitas vezes, o crack é produzido de outras formas, com substâncias mais tóxicas, como cimento, cal e querosene, por exemplo.

Emanuelle Nunes

emanuelle_mnunes@yahoo.com.br



Dependentes e moradores de rua se abrigam entre as colunas do prédio do Deinfra, em Florianópolis

Estado cria novo projeto

A Comissão de Prevenção e de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ALESC, e as Secretarias de Saúde e Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) criaram a Rede Estadual de Atenção a Dependentes Químicos, o “Reviver”, que visa, entre outras medidas, ampliar o número de vagas de acolhimento nas comunidades terapêuticas e realizar o cadastramento dessas comunidades, criando protocolos de atenção e projetos voltados à capacitação dos profissionais.

“Reviver” faz parte do programa “Crack, é possível vencer” e será executado pela Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa) e Inovação do estado de Santa Catarina, que deve investir no projeto cerca de R\$ 11,9 milhões. O secretário de Estado da SST, João José Cândido da Silva, ressalta que a Fapesc, em parceria com a UFSC e a UDESC, deve elaborar o perfil das comunidades terapêuticas por meio dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado que ajudarão a fazer o diagnóstico sobre estas instituições.

Programas reduzem o consumo

Para combater o número crescente de usuários de crack em Florianópolis, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina divulgou, por meio de nota oficial, o reforço com quatro bases móveis, microônibus, que serão instaladas em pontos estratégicos da capital, sendo duas destinadas ao 4º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo monitoramento no Centro e Sul da Ilha, uma para o 22º Batalhão que realiza o monitoramento da área continental e uma para o 21º Batalhão, responsável pela região norte da cidade.

As bases, que custaram cerca de R\$ 7,2 milhões, serão equipadas com 80 câmeras de monitoramento, oito motos, oito viaturas, 600 espargidores de pimenta e 200 pistolas de condutividade elétrica e foram repassadas ao estado através do plano

do governo federal “Crack, é possível vencer”.

De acordo com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), responsável pela coordenação do programa no estado, os três eixos a serem atingidos serão: de autoridade, prevenção e assistência, combatendo o tráfico de drogas, realizando o tratamento e a ressocialização desses usuários.

Para a saúde, também estão previstos cerca de 750 mil reais para a reforma de 16 leitos do Hospital Infantil Joana de Gusmão e 3,5 milhões para a reforma da emergência psiquiátrica do Hospital Universitário (HU), além disso, o Ministério da Saúde repassou recursos para a criação de um novo Centro de Atenção Psicossocial, o CAPS 3, que deve funcionar durante 24 horas.

No município, a prefeitura de Flo-

rianaópolis realiza o trabalho de acolhimento e tratamento do usuário de forma conjunta, como explica a Gerente de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, Sônia Augusta Saraiva Leitão, através dos Centros de Apoio aos Moradores de Rua, o CENTROPOP, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, o CAPSad, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo a gerente, os usuários de álcool e outras drogas em situação de rua são encaminhados primeiramente ao CENTROPOP para receberem atendimento e avaliação iniciais, para posterior encaminhamento ao CAPSad, onde esses indivíduos terão assistência através da medicação, psicoterapias em grupo, oficinas terapêuticas, atenção familiar e social.



Largo da Alfândega é um dos nove principais pontos de uso do centro



A maioria dos usuários que vivem na rua são de outras cidades



Índice de sobrepeso cresce no Brasil

Pesquisa revela que 51% da população está acima do peso contra os 43% de 2006

Gisele Cardoso chegou aos vinte anos com Índice de Massa Corporal (IMC*) em 31,6, o que a classifica como portadora de Obesidade tipo I. Cardoso afirma que o índice já foi maior, só que não subia na balança para medir. Ela conta que sempre foi "gordinha", mas se sentia bem, pois jogava handebol no colégio, e era confiante. No entanto, sua alimentação não era saudável. "Meu nível de serotonina é muito baixo, como de pessoas depressivas, e minha válvula de escape sempre foi o doce", explica. Sempre foi ligada à moda, mas nunca pode usar o que queria e gastava dinheiro em roupas mais caras para seu tamanho.

Já Fernanda Tristão, 34 anos, não chegou à obesidade, mas teve sobrepeso a vida inteira, sempre oscilando entre um pouco mais magra e mais gorda. Para seu casamento, emagreceu, e engordou logo na sequência. A partir de então, veio a primeira gravidez, a segunda e não conseguiu mais voltar ao corpo de antes. Seu IMC chegou a 25,6, mas ela também afirma que já foi maior, mas não se pesava.

Cardoso e Tristão são exemplos das estatísticas divulgadas em agosto deste ano pelo Ministério da Saúde. A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) 2012 mostrou que 51%

da população brasileira está acima do peso. Em 2006, esse índice era de 43%. O mesmo estudo revelou que 17% dos brasileiros estão obesos, contra os 11% de sete anos atrás. Elas emagreceram e saíram desses números, mas é a primeira vez na história do Brasil que mais da metade da população não está no seu peso ideal.

Em Florianópolis, a realidade não é diferente. Apesar do percentual de homens com excesso de peso ter diminuído de 51,1% para 50,2%, os obesos aumentaram de 10% para 16,2%. Nicole Zanchett, nutricionista há cinco anos, constata que, provavelmente, esses que saíram da faixa do excesso de peso estão agora obesos.

A falta de uma alimentação adequada contribui com as estatísticas

A pesquisa Vigitel aponta que "apesar de a obesidade estar relacionada a fatores genéticos, há influência significativa do sedentarismo e de padrões alimentares inadequados". Zanchett confirma isso com o que observa em seu

consultório, onde há cada vez mais casos de obesidade e sobrepeso, muitos deles relacionados não somente ao sedentarismo, mas também ao estresse e problemas hormonais e de tireoide.

A médica e professora de endocrinologia na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) Adriana Costa alerta para os riscos ligados ao sobrepeso e à obesidade. Os dois são resultados de um acúmulo excessivo de gordura, esta sendo em maior quantidade nos obesos. Diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, a famosa pressão alta, além de diversas doenças cardiovasculares, como infarto e Acidente Vascular Cerebral (AVC), são outras doenças relacionadas à obesidade. "Quem tem sobrepeso também tem um risco aumentado de desenvolver todas essas doenças", explica Costa. A médica também esclarece o maior risco dos obesos: as chances de desenvolver câncer no aparelho digestivo e, nas mulheres, no endométrio e na mama.

A falta de uma alimentação adequada tem contribuído para o aumento nos índices. A nutricionista aponta os principais erros que percebe em seus pacientes, como a falta de alimentos frescos, mais naturais e menos industrializados. "Na alimentação, há muita farinha branca que não preserva nada de nutrientes pelo processamento." Além desse excesso, a falta de nutrientes não é compen-



Fernanda, 24 anos, nunca foi obesa, mas sempre teve sobrepeso



sada pelo consumo de saladas e frutas.

Outro vilão de uma vida saudável é o alimento industrializado, consumido principalmente pelos jovens. Leandro Reis, 20 anos, diz que, desde que se mudou para Lages em agosto de 2011, sua alimentação não é saudável. Ao acordar, toma apenas um achocolatado para ir à aula. O almoço, se pode, deixa para depois e dorme, comendo apenas um salgado por volta das 13 horas. A tarde, quando está na faculdade, come outro salgado, "mas a janta é sagrada". Tanto que, se fica acordado até mais tarde, janta à noite e de madrugada também. "Sempre que posso, troco uma refeição para dormir ou estudar", confessa.

Reis explica que, quando morava com os pais, em Florianópolis, sempre tinha horário para o almoço e comia salada. Lanche no almoço era apenas nos fins de semana. O único hábito que mudou para melhor foi diminuir para quase zero a quantidade de refrigerante. "Tenho preguiça de carregar, já que não tenho carro", conta Reis. A mesma preguiça o faz comer pizza congelada no jantar ao invés da comida que traz no fim de semana de Florianópolis da casa dos pais, "para não sujar muita louça". Apesar de uma alimentação irregular, Reis mantém um IMC saudável de 22,6.

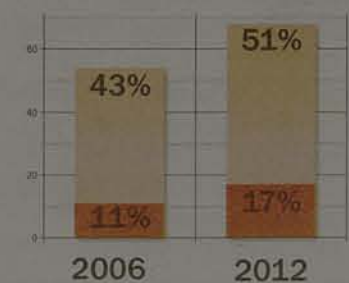
Patricia Pamplona
patipamplona3@gmail.com

Pela primeira vez, metade dos brasileiros não está no peso ideal



Em Florianópolis, a pesquisa Vigitel divulgou que 50,2% dos homens e 47,2% das mulheres estão acima do seu peso ideal

Acima do peso
Obesos



Fonte: Ministério da Saúde

Dados preocupam nutricionistas

Cada vez mais pessoas têm procurado nutricionistas e médicos de emagrecimento. Costa explica que a classe médica tem se preocupado com o aumento de crianças acima do peso nos consultórios. "A obesidade infantil traz os mesmos riscos dos adultos, já na infância", esclarece. Além disso, quando uma criança é obesa, as chances de continuar nesse estado na vida adulta são maiores e o organismo já chega nesta fase sobrecarregado de gordura. O resultado: pessoas mais jovens desenvolvendo doenças cardiovasculares precocemente.

Zanchett confirma o que diz Costa. "Aumentou o número de pacientes entre 20 e 30 anos, o que é chocante porque, nessa faixa de idade, o metabolismo é mais rápido, o que auxilia na perda de peso", conta. Além de pacientes mais novos, há muita reincidência. A nutricionista conta que tem pacientes que chegaram a emagrecer 15 kg, mas, depois de alguns anos, voltaram com o mesmo peso ou até mais.

O popular "efeito sanfona", quando a pessoa emagrece e volta engordar, traz riscos à saúde do paciente. Normalmente, é causado por uma falta de sucesso

na reeducação alimentar, quando há um retorno para os antigos hábitos, nem sempre tão saudáveis. O maior perigo está na perda da massa magra, ou seja, de músculo. "O músculo é o órgão responsável pela aceleração do metabolismo. Quando se perde massa magra, o metabolismo fica mais lento, o que já acontece com a idade e apenas piora com o efeito sanfona" explica Zanchett. Outra contribuição é a memória das células gordas que, ao "lembrarem" que já foram grandes, ficam mais resistentes, deixando o emagrecimento mais lento.

Vegetarianismo

Jovens optam por não consumir carne

Entre as maiores dificuldades estão a baixa oferta de produtos e ter a sua decisão respeitada

Abrir mão do churrasco do fim de semana ou da pizza compartilhada entre amigos não parece ser o maior empecilho no dia a dia de quem decide parar de comer carne. Entre dificuldade de encontrar estabelecimentos que ofereçam alimentos a vegetarianos e restrições na vida social, o mais difícil para muitos destes jovens é ter sua decisão respeitada pelos outros.

“Todo o contexto envolvendo questões ambientais, sociais, animais e saúde me fizeram repensar o modo como eu estava lidando com o consumo da carne. Busquei o quanto de informações eu pude na época, para esclarecer qualquer dúvida que pudesse surgir, principalmente vindo das outras pessoas, que estariam a partir daí, sempre me questionando o porquê”, conta a estudante de Naturologia Danúbia de Oliveira, 23 anos, que há 5 anos é vegetariana.

Essa filosofia também é levada para outros campos: “Eu acredito muito no consumo consciente. Quando parei de comer carne, parei de consumir couro e quaisquer outros similares. É fácil falarmos que está errado consumir carne e todos os outros derivados, mas quando o problema não é o consumo em si, mas sim a forma deste consumo e a forma de produção”, explica ela.

De acordo com os dados do Target Group Index, do IBOPE Media, no Brasil, 8% da população das principais cidades se declara vegetariana. Dentro desse grupo, jovens de 20 a 24 anos representam 7%. A porcentagem é maior entre as pessoas de 65 a 75 anos, em que o vegetarianismo é adotado por 10% da população dessa faixa etária.

Este dado entre pessoas de idade avançada pode ser explicado pelas vantagens nutricionais desse tipo de alimentação. “Um dos benefícios de uma dieta vegetariana balanceada é um

consumo de fibras adequado, além de baixa ingestão de gorduras saturadas, prevenindo muitas vezes as doenças cardiovasculares”, explica a nutricionista funcional Ana Carolina Abreu.

Segundo ela, a carne pode ser eliminada sem causar danos, mas deve sempre priorizar a substituição dos nutrientes contidos nestes alimentos. “Os aminoácidos podem ser consumidos através das proteínas vegetais, respeitando principalmente a combinação para que a proteína tenha alto valor biológico. Além da proteína, alimentos ricos em ferro, vitamina B12 e minerais como o zinco também devem fazer parte da dieta. Em algumas patologias a retirada da carne é bem vinda e melhora a resposta ao tratamento”, completa.

Além dos fatores alimentares, uma parcela cada vez maior de jovens faz essa opção baseados em um olhar crítico sobre a indústria da carne. Virgínia Sebastião, 25, é vegetariana há três anos e já teve um experiência vegana, em que nenhum produto de origem animal é utilizado. “Não consumo porque não compartilho essa ideia de exploração do animal como mercadoria, não como seres”, justifica. “Depois de me tornar vegetariana, senti bem-estar no corpo de não receber essa energia”, diz.

O mais difícil para muitos destes jovens é ter a sua decisão respeitada pelos outros

Este também foi o motivo pelo qual o estudante de química João Eduardo Linhares, 19, vegetariano desde 2010, parou de comer carne. “O fato dos animais serem criados em condições totalmente



Com falta de oferta de lanches vegetarianos, Kombi Cake é uma opção para quem passa o dia fora de casa

injustas e desfavoráveis à vida com o objetivo apenas de servir de comida. Carne não é biologicamente necessária para justificar tais atos”, argumenta.

A formação em Direito, em especial a Bioética, por que passou a advogada Angela Humeres, 32, a direcionou para se tornar ovolactovegetariana aos 24 anos. “O que me choca é, hoje, alguém saber que você não come carne e se sentir ofendido se descobre que não é porque você está num regime louco para emagrecer, ou é alérgica, ou não está com vontade, mas que você escolheu não comer por outros motivos”, complementa.

O dono de restaurante ovolactovegetariano Simples e Natural, Valdemar Assis Pereira, acredita que a nova geração tem mais consciência sobre essa questão. “As crianças perguntam de onde vêm essa carne que consumimos”, conta o comerciante que oferece opções veganas para almoço, além de sanduíches, salgados e saladas no estabelecimento, com cardápio elaborado após um treinamento de 5 meses de culinária vegetariana funcional.

A falta de opções ainda é um incômodo na vida de muitos vegetarianos, principalmente para os que passam o dia na rua e precisam fazer um lanche fora de casa. Por isso as jovens Marina Portasio e Andi Eskie voltaram a produção da Kombi Cake para cupcakes veganos. “O pessoal sente muita falta, sempre pedem mais dias de feira”, diz Marina, que tem na UFSC a maioria dos clientes, apesar de também expor seus produtos na feira da Lagoa da Conceição.

Alimentação sem carne é foco de atividade no RU da UFSC e no SUS

Em abril, foi anunciada uma ala especial para vegetarianos no Restaurante Universitário da UFSC, que funcionaria na antiga Ala A. Assim, a universidade passaria a atender duas mil refeições diárias para esse público. “Existe uma demanda catalogada de aproximadamente 800 estudantes requisitando esse tipo de refeição. Em função disso, a atual administração decidiu que uma parte do prédio a ser restaurado irá destinar atenção a este pedido dos estudantes”, explica o pró-reitor de assuntos estudantis, Lauro Mattei.

O atraso da obra da nova ala do RU se dá porque o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DEPAE) está sobrecarregado de projetos e obras, devido ao atraso em todas as contratações feitas no Programa REUNI 1 (Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais) da gestão

anterior. Em função disso, o calendário acabou sendo expandido para 2014.

“O Prazo final para entrega desses projetos está confirmado para dezembro de 2013. A partir de então será aberto o processo de contratação de empresas para elaboração dos demais projetos (elétrico e hidráulico) e execução da obra”, finaliza o pró-reitor.

Para atender mais pessoas que procuram uma alimentação saudável, a prefeitura de Florianópolis criou uma ação para atender pacientes vegetarianos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). O grupo se reúne uma vez por mês para discutir pontos e desmitificar questões sobre a dieta vegetariana, explica a nutricionista da prefeitura Thaisa Navolar. A ação também promove a capacitação de profissionais da rede pública para atender essa demanda. Um novo grupo será formado no ano que vem.



Virgínia Sebastião é vegetariana há três anos e já tentou virar vegana

Patrícia Cim
patriciacim@gmail.com

Tipos de vegetarianismo

Ovolactovegetariano: não consomem qualquer tipo de carne, mas consomem ovos, leite e derivados

Lactovegetariano: não consomem qualquer tipo de carne e ovos, mas consomem leite e derivados

Ovovegetariano: não consomem qualquer tipo de carne, leite e derivados, mas consomem ovos

Veganismo: não utiliza nenhum produto de origem animal, incluindo mel

Plano Diretor

Skatistas se unem em petição on-line para regularizar servidão

Pista é referência no país, mas está em rua irregular

A regularização da Servidão Nelson Elpidio da Rocha, no Rio Tavares, Sul da Ilha de Santa Catarina, ganhou apoio de diversos skatistas e simpatizantes do esporte. Isso porque é lá que está situada a *bowl* Rio Tavares Mother Fuckler (RTMF), pista em formato de bacia ou piscina, construída pela família de Pedro Barros, campeão mundial da modalidade.

Uma petição on line solicitando a regularização da rua já soma cerca de 1.500 assinaturas e expressa a vontade dos skatistas, como Foguinho, de continuar utilizando o bowl para a prática do esporte. O próximo passo será coletar assinaturas entre os moradores da comunidade para encaminhar o pedido formal de prolongamento da servidão.

Enquanto o local não é reconhecido oficialmente, nenhuma melhoria pode ser solicitada, como iluminação pública ou pavimentação. Segundo André Barros, pai do atleta, atualmente os próprios moradores se organizam para fazer a limpeza das ruas e uma construtora, localizada próxima à via, faz a manutenção com uma patrôla.

De acordo com a Prefeitura da capital, apenas 194 metros da rua já foram regulamentados, porque a via se situa em uma Área de Preservação de Uso Limitado (APL), local em que a utilização deve ser esta-

Atualmente, a limpeza das ruas é realizada pelos próprios moradores

André Barros, construiu a pista

belecida pelo Plano Diretor. Joelton José Martins, auxiliar técnico de engenharia da Prefeitura, explica que, até que tramitem na Câmara Municipal as mudanças necessárias para o registro, o espaço está irregular. Segundo Martins, para que seja possível o prolongamento da servidão é necessário alterar o zoneamento e fazer uma mudança no Plano Diretor: "O vereador teria que entregar uma emenda ao Plano, para que passe de APL para ARV (Área Residencial Exclusiva)".

Felipe Foguinho, atleta profissional de 19 anos, apóia a regularização da pista. "Muita coisa já está construída. Precisa regularizar e fiscalizar até para que a área seja preservada", defende. O vereador Vanderlei Farias será o responsável por apresentar o projeto na Câmara e diz que a ideia é incentivar o potencial da região para esportes radicais e desenvolver o skate entre os jovens. "O André já atende a

comunidade e a intenção é que fique mais tranquilo e possa receber apoio para os projetos", disse. Depois de conseguir a regularização, Farias deseja buscar parcerias entre os setores público e privado para a construção de outra pista no bairro, já que, segundo ele, faltam espaços públicos na cidade.

A pista funciona desde dezembro de 2008 e é utilizada por profissionais e amadores, mesmo sem registro. O desenho e projeto são dos skatistas Leo Kakinho e Fernando Peixe, que também é engenheiro. Além do terreno comprado por André Barros, a família gastou cerca de R\$ 350 mil para a construção da "piscina". Já a manutenção custa em média R\$ 25 mil para que o espaço seja aberto a todos os skatistas. Felipe Foguinho considera a pista de alto nível. Para ele, esta é certamente a melhor pista do Brasil. "Eu gosto muito, mas tem gente que acha difícil", afirma ele.

Mauricio Nunes pratica o esporte há 26 anos e frequenta a pista há dois. Ele ressalta que o local "possui uma alta qualidade desde seu projeto". Nunes, de 39 anos, é morador de Jurerê e vai até a RTMF pelo menos uma vez por semana.

O futuro da pista depende da regularização e do que determinar o Plano Diretor. Somente após o registro e da determinação da Prefeitura será possível dizer se o local conti-



Foguinho é um dos skatistas que apoia a regularização da servidão

nuará sendo para uso particular ou se poderá ser utilizado comercialmente. Enquanto isso, André Barros deseja manter aberta a prática do esporte, principalmente pela falta de espaços públicos na cidade: "não quero tirar a chance das pessoas de andarem de skate. O problema é que não tenho segurança", afirma. Já para seu filho, Pedro Barros, a RTMF é uma forma dos atletas estarem juntos dando risada e confraternizando: "Quem faz a pista é com quem você está andando". O atleta ainda completa: "para um skatista ser skatista, ele precisa de pista".

Thais Jordão
thaisjorufsc@gmail.com

Campeonato atrai ícones do skate do mundo inteiro

O campeonato Red Bull Generation acontece na pista bowl Rio Tavares Mother Fuckler (RTMF) há três anos. Segundo André Barros, o espaço pode ser usado para isso porque qualquer pessoa pode utilizar sua área particular para realização de festas. Porém, como a rua não existe do ponto de vista legal, a família fica responsável pelo evento sem ajuda de órgãos públicos.

De acordo com Barros, isso significa que precisam pagar por segurança particular e serviço de ambulância. Também não há auxílio de bombeiros ou policiais militares, o que aumenta os custos da competição. Já os skatistas precisam ter seguro pessoal para poder competir.

O evento reúne skatistas do mundo todo, entre eles ícones do esporte como Christian Hosoi, Eddie Elguera, Steve Alba, Sandro Dias, Omar Hassan, e argentinos, australianos e americanos. Diferente do campeonato tradicional de skate em que os esportistas competem individualmente, no realismo em Florianópolis a competição é feita por equipes formadas por um amador, um profissional, um master e um legend. Essa é a característica que atrai competidores internacionais.



Servidão ainda não foi totalmente regularizada pois está em uma Área de Preservação de Uso Limitado e sua utilização deve constar no Plano Diretor

Atitude

Esporte sobre patins cresce em SC

Roller Derby chegou ao Brasil em 2007 e já possui times em Florianópolis e Blumenau

Capacete, cotoveleira, munhequeira, joelheira, protetor bucal e um par de patins: todos estes itens, adicionados a uma boa dose de força e atitude, formam o visual completo de uma *derby girl*. Assim são chamadas as praticantes de Roller Derby, esporte amador predominantemente feminino que começou a ser praticado em 1935 nos Estados Unidos, onde até hoje é popular, e atualmente virou mania em vários países, com mais de 1500 ligas em todo o mundo. A partir de 2007, chegou ao Brasil e já conta com cerca de 30 times, dois deles em Santa Catarina, nas cidades de Blumenau e Florianópolis.

Apesar do recente crescimento, o esporte ainda é pouco popular no país e quem pratica tem dificuldade em encontrar patrocinadores e locais apropriados para os treinos. É o caso do time de Florianópolis, *Vipers of the Island Derby Girls*, fundado em fevereiro de 2012 pela técnica em segurança Ryllori Metzner. Após cerca de um ano treinando em lugares improvisados, o time foi obrigado a interromper suas atividades. Agora, retomaram os encontros nos fins de semana, em um ginásio cedido pela prefeitura de São José, cidade vizinha a Florianópolis. Algumas das jogadoras precisam se deslocar cerca de 50 quilômetros para chegar ao local.

Durante o recesso, Metzner, que começou a patinar aos seis anos de idade, chegou a trocar de emprego para ter mais tempo para se dedicar ao esporte. Nesse tempo, ela contou com o apoio de jogadoras e treinadores de todo o país, que dão suporte para assuntos que vão desde regras do jogo até maneiras de divulgar o esporte. "As ligas se ajudam muito. Se a gente não se ajudar, ninguém ajuda."



Apesar do recente crescimento, o esporte ainda é pouco popular no país e quem pratica tem dificuldade em encontrar patrocinadores

Apesar dos desafios, ela aponta um dos principais motivos que a mantém no Roller Derby: "Por ser um esporte mais agressivo, podemos extravasar. Podemos ser alguém que não conseguimos lá fora, que usa meia arrastão, maquiagem e piercing. Assumimos outra personalidade."

A ideia de formar a liga surgiu para Metzner da mesma forma que surgiu para Laryssa Martins, estudante de Arquitetura e fundadora do primeiro time de Blumenau: ambas se inspiraram no filme *Garota Fantástica*, lançado em 2009 e protagonizado pela atriz

Ellen Page, que conta a história de um time de Roller Derby e ajudou no crescimento do esporte no mundo. Martins criou a página do *Iron Ladies Roller Derby* no Facebook em dezembro de 2012, na qual várias garotas interessadas se manifestaram. Hoje o time é formado por 15 jogadoras e possui um treinador.

De acordo com a blumenauense, qualquer mulher maior de idade pode participar do time. "Digo mulher porque muitas têm vergonha de tentar por serem mais velhas; o que não é um problema. Só precisa ter vontade de

aprender e uma saúde razoável para treinar com a gente." Esse é outro atrativo do esporte: não é necessário ter uma alimentação regrada ou condicionamento físico de atleta para participar, e as jogadoras ainda ensinam as novas integrantes a patinar. As dificuldades são as mesmas das colegas da capital, por isso, todas pagam mensalidade para cobrir os custos com o aluguel da quadra e do treinador. O que sobra, vai para o caixa da liga.

A nível nacional, o esporte está em plena evolução. Em 2011, jogadoras de times de São Paulo

e do Rio de Janeiro representaram o Brasil na Copa do Mundo de Roller Derby, em Toronto, no Canadá. No ano seguinte, foi promovido o primeiro campeonato nacional do esporte, no Rio de Janeiro, que teve a participação de 11 equipes. A segunda edição do Brasileirão está prevista para o mês de novembro, em São Paulo, e contará com partidas abertas ao público e treinamentos ministrados por jogadoras e árbitros internacionais.

Fernanda Costa

fernandarvcosta@gmail.com

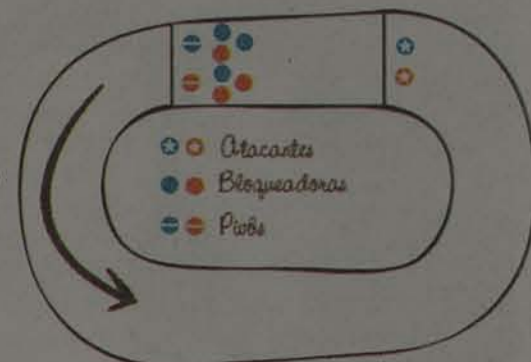
Entenda como funciona uma partida

Em uma partida de Roller Derby não é necessário nenhum equipamento, apenas o próprio corpo, em uma mistura de corrida e futebol americano sobre patins. Posicionados em uma pista oval plana ou inclinada, dois times atuam: cada um com cinco jogadoras, composto por uma atacante e quatro bloqueadoras. As jogadoras identificadas com uma estrela no capacete são as atacantes, as que possuem uma listra são as pivôs - líderes do bloqueio que montam as jogadas defensivas, e as demais são bloqueadoras.

A equipe pontua cada vez que uma atacante ultrapassa uma bloqueadora do time adversário. O restante do time é responsável por bloquear a atacante oposta e abrir caminho para a patinadora do seu time. É permitido usar apenas algumas partes do corpo nas jogadas, como braços, peito, abdômen, quadris e lateral das pernas. Socos, chutes e empurrões, por exemplo, são proibidos. Uma partida é dividida em dois tempos de 30 minutos, compostos por cerca de 12 rodadas, com duração de dois minutos cada.

Conheça a pista de roller derby

As jogadoras se posicionam em uma pista oval ou inclinada. Confira ao lado como os times são formados.



Crédito de arte: Fernanda Costa

Comportamento

Contra a tendência, ainda há casamentos entre população jovem

Conforme os últimos dados do IBGE, maioria das pessoas está casando cada vez mais tarde, mas muitos ainda buscam união durante a juventude

A conversa estava marcada para uma quarta-feira chuvosa, às duas e meia da tarde, mas Palloma enviou uma mensagem de texto no celular dizendo que se atrasaria em meia hora, pois o marido, Alexandre Rodrigues, iria almoçar em casa e ela teria que preparar o almoço. Momentos antes do horário combinado, ela enviou outra mensagem: “Desculpa, não vai dar para eu ir hoje. Meu marido vai ficar em casa, mas podemos marcar para outro dia, é que ele é chato, risos”. Parecem até responsabilidades das consideradas tradicionais donas de casa, que lavam, passam e cozinham para seus maridos, mas Palloma Silva tem apenas 17 anos e há quase um ano mora com Alexandre Rodrigues, 21, levando uma vida de casada.

De acordo com a última pesquisa sobre Estatísticas do Registro Civil, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

casais como Palloma e Alexandre, que se unem entre os 16 e 25 anos, tendem a existir cada vez menos. O levantamento, feito em 2011, aponta que a maioria dos homens está se unindo, em média, com 28 anos e as mulheres, com 26. Ambos três anos a mais que os números de 2001, quando casavam com, no máximo, 25 e 23 anos, respectivamente.

“Casais que se unem cedo tendem a romantizar seus relacionamentos”

Marlon Mattedi, psicólogo

O resultado da pesquisa não deixa dúvidas de que os brasileiros estão casando cada vez mais velhos, então, quais são os motivos que ainda levam

as pessoas a optarem pela união com 20 anos ou menos? O psicólogo com especialização em terapia conjugal, Marlon Mattedi, acredita que a tendência é realmente a de se casar com mais idade, já que a atualidade pede muito desenvolvimento laboral e de carreira e, hoje, para boa parte da população, casar cedo é limitar seu desenvolvimento. Mas, para ele, os casais que se unem cedo têm outro perfil, são pessoas com tendência a manter sonhos, fantasias do amor e um relacionamento romantizado. “As pessoas esperam muito da relação sem saber bem o que ela é. Têm a tendência a se casar muito mais com a paixão que com o amor”, disse.

Idealizar o relacionamento foi uma das apostas de Palloma e Alexandre. O casal se conheceu num site de relacionamento, ela com 16 anos e ele 20. Ficaram juntos por duas semanas, trocaram alianças de compromisso e, descobrindo muitas afinidades, resolveram se unir. “Foi



Hoje, as taxas de divórcio são maiores entre casais de 30 a 54 anos de idade

tudo bem rápido, em setembro de 2012 nos conhecemos, começamos a namorar e casamos”. Palloma diz “casamos” referindo-se ao ato de morar juntos. Os dois dividem uma casa, mas, por questões financeiras, pretendem fazer união civil ano que vem. A moça, que ainda estuda no ensino médio, acredita que sua vida mudou radicalmente, mas não abre mão das quartas-feiras de chuva ao lado do rapaz. “Somos uma pessoa só e essa mudança, para mim, foi ótima”. No mês passado eles comemoraram um ano juntos.

A falta de experiência e a grande

expectativa podem alavancar outro fator observado na pesquisa do IBGE, que é o de se separar cada vez mais cedo. Na pesquisa anterior, a idade média do divórcio era de 42 anos para os homens e entre as mulheres a idade era de 39. Agora as taxas de divórcios foram maiores nos casais entre 30 e 54 anos. As mulheres se separam mais entre 30 e 34 anos. Já os homens esperam um pouco mais, e pedem divórcio, na maioria das vezes, entre 35 e 39 anos.

Taynara Macedo

taynaramacedo.jor@gmail.com



Flávio e Danusa Jukowski aos 17 e 16 anos, respectivamente



Hoje eles acreditam que a maturidade foi um ponto positivo da união

Casal viveu uma história de cinema

Em 1992, Danusa Borges Jukowski tinha apenas 11 anos quando conheceu Flávio Jukowski, 12. Em Porto União, SC, o menino se mudou para a mesma rua em que ela morava e ambos fizeram a Primeira Comunhão juntos. Muitas meninas do local em que moravam demonstraram interesse por Flávio, mas o garoto, tímido, não retribuía as indiretas de ninguém. Danusa só ficou sabendo do interesse que o menino sustentava por ela através de um amigo em comum. Depois disso, a menina passou a olhar o garoto de outra forma. “Dávamos beijinhos escondidos, pois nossos pais não podiam saber. Éramos muito novos”. A história se assemelha ao filme americano “Meu Primeiro Amor” (My Girl), lançado na época em que se conheceram, 1991, não fosse o fato de que Danusa e Flávio nunca terem se separado.

Com 16 anos o casal teve seu primeiro filho, Guilherme e com 18, o segundo, Victor. Ela e o marido só moravam juntos, na casa dos pais de Danusa, mas não eram casados oficialmente e ainda estudavam. Eles não fizeram faculdade para se dedicar aos filhos, que hoje têm 16 e 14 anos.

Em 2002, se mudaram para Florianópolis em busca de melhores oportunidades de trabalho. Danusa começou a trabalhar no Costão do Santinho Resort e lá teve a oportunidade de participar de um casamento coletivo dos funcionários. No dia 18 de novembro de 2004, Danusa e Flávio fizeram a união civil e participaram de uma cerimônia no culto ecumênico com 21 casais.

Nesses nove anos de casamento oficial e 21 em que se conhecem, Danusa, 32, conta que

ela e Flávio, 33, já tiveram muitas brigas por ciúme. “Hoje somos tranquilos. Casar jovem me ajudou a observar a vida com muito mais responsabilidade, pois com nossos dois filhos tive que amadurecer bem rápido”. Mas apesar de não se arrepender de suas escolhas, ela não aconselha os casais dessa geração a se unirem cedo demais. “A vida é dura e temos que enfrentar muitos problemas depois do casamento. Se pudesse mudar alguma coisa, não teria deixado de estudar para ter uma estabilidade financeira”. E quando perguntada se ela apoiaria seus filhos, caso quisessem se casar com a idade que têm hoje, Danusa é clara: “Caso isso acontecesse, explicaria para eles que a vida a dois não é fácil. Quero que se formem, tenham um bom emprego, estabilidade financeira e aproveitem mais a juventude”.

Vintage moderno

Brechós ganham espaço no Facebook

Compra e venda de roupas pela rede social se tornou opção para quem busca praticidade

Comprar em brechós ou bazares sempre foi uma boa opção para os que querem economizar nas compras, sem deixar de lado a diversificação e qualidade. Quando falamos em brechó associamos a naftalina e peças amareladas. Mas essa realidade não é nem de longe a que encontramos atualmente. Muitos brechós estão se reformulando para atender a um novo tipo de cliente.

E esse conceito chegou à rede social Facebook. Grupos fechados reúnem membros para a troca, venda e compra de itens variados pela internet. Formados na sua maioria por mulheres, o objetivo deles é renovar o guarda-roupa sem gastar muito. O "Brechó Floripa" é um desses exemplos de sucesso. Contando com mais de 12 mil membros, uma média de 30 novos a cada dia, possui regras para que todos consigam fazer boas vendas e compras. A estudante do curso de Publicidade e Propaganda, da Faculdade Estácio de Sá, Thássia Bergmann, participa há alguns meses e só vê vantagens em participar desse tipo de comunidade "Além de fácil esse tipo de negócio traz retorno, pois atinge pessoas que realmente estão à procura desse produto, usado e barato. Uma forma de se desfazer de uma



roupa e sair no lucro". Para facilitar as vendas o grupo determina alguns preços a serem seguidos dependendo do item. O ideal é que se venda por metade do preço que comprou. As postagens acima do valor são excluídas já que o intuito é o de economizar. Thássia Bergmann procura seguir as regras estabelecidas na hora de por a venda suas peças. "Estipulo os valores pelo tempo de uso, qualidade e quanto foi pago na loja. Me coloco no lugar do cliente".

Tirar todas aquelas coisas esquecidas no fundo do armário também é o objetivo do "Não uso mais! Coisinhas para venda/ troca". A moderadora da comunidade, Valentine Godolhim,

"Estipulo os valores pelo tempo de uso, qualidade e quanto foi pago na loja"

Thássia Bergmann

explica que no início apenas amigas e conhecidas participavam como forma de vender peças mais baratas. "O grupo começou pequeno, mas vimos que foi crescendo. Tivemos que estabelecer regras. Hoje qualquer um pode entrar, mas deve seguir o que foi

determinado". Com 5.349 membros, grande parte das entregas é realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Com mais de 90 alunos nas turmas da disciplina de Finanças Pessoais, o professor da UFSC, Jurandir Sell, nota que há uma preocupação cada vez maior dos jovens em manter suas contas em dia. Para o professor mais que uma alternativa sustentável, as compras em brechó são uma forma de economizar e não extrapolar nos gastos. "Nas aulas não digo o quanto você deve gastar com roupas ou outros itens. Mas ensino que independentemente do que se for comprar nunca se deve gastar mais

do que se ganha. Isso é clichê, porém, muitos jovens não conseguem entender essa máxima".

Apesar dos comentários e opções "curtir" que aparecem quase que instantaneamente após a divulgação de uma peça, na maioria das vezes a efetivação da venda do produto não segue a mesma rapidez. Em recente postagem, quase um desabafo, um dos membros do grupo, que prefere não se identificar, fez crítica à falta de consideração a membros que marcam horário para a negociação, mas não aparecem. "As desculpas costumam ser ridículas. Quando marcam, levo os produtos, se não aparecem fico parecendo um burro de carga". Para essas pessoas, Valentine Godolhim recomenda "respeito acima de tudo".

Fazendo uma varredura pelo Facebook é possível encontrar mais de um grupo por região, muitos deles bem específicos, como só de sapatos, de bolsas, para estudantes, ou para homens. As vendas não se restringem apenas ao mundo virtual e encontram forças também nos encontros de brechó organizados pelas próprias integrantes do bazar.

Andressa Prates

andressa.pratesfreitas@gmail.com

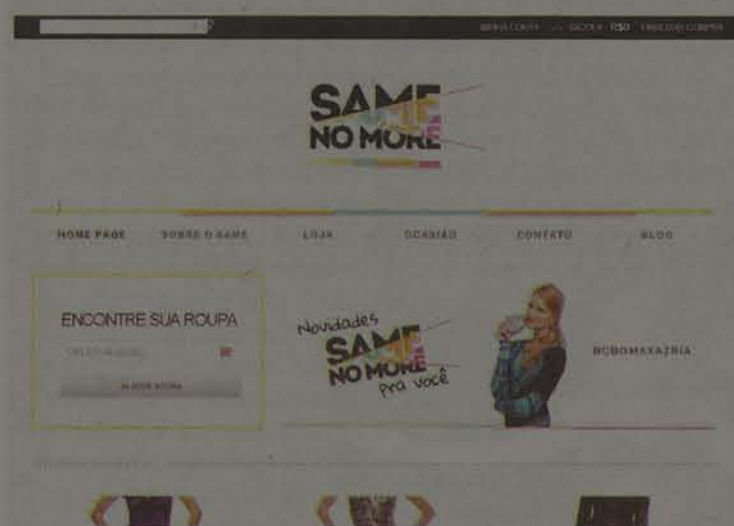
Novo modelo de negócio na capital

Uma festa de formatura pode surgir de um dia pro outro e o seu guarda roupa não tem aquela roupa especial para a ocasião? A solução pode estar no aluguel de roupas. Apesar de ser um tipo de serviço antigo essa opção está ganhando novos ares com os recentes modelos de negócio de aluguel de trajes. Um exemplo é o site Same no More (em tradução literal *O mesmo não mais*). Criado há um ano pela publicitária Nathalia Souza, o espaço na web foi criado para trazer um novo conceito em moda e na maneira em que as pessoas se vestem, o objetivo principal da proprietária é o de trazer acessibilidade à moda e inovar no comércio de aluguel. Com experiência no mercado de negócios online, Nathalia começou o seu próprio empreendimento em sua casa, alugando suas roupas. "Hoje tenho minhas roupas e de parceiros, como blogueiras de moda, produtoras e até amigas. Já contamos com quase 300 peças no acervo, entre vestidos, conjuntos e acessórios". Roupas vin-

das direto de Nova Iorque também podem ser encontradas no site. O princípio da home page é simples: o internauta deve informar para qual ocasião deseja realizar o aluguel, e a partir disso são oferecidos uma variedade de opções. Os preços são estabelecidos em cima do valor pago pela peça anteriormente, se ele pode ser considerado uma tendência do momento, de acordo com a qualidade e outros atributos que variam de peça para peça. A faixa etária das usuárias desse serviço é de mulheres entre 15 e 35 anos. Por enquanto o negócio vai ficar restrito apenas ao público feminino "Não tenho objetivo de trabalhar com o público masculino, até porque eles têm uma cultura muito diferente da mulher. Enquanto nós não suportamos repetir roupas, eles não ligam" explica Nathalia Souza. A loja tem feito tanto sucesso em Florianópolis e região tanto que o próximo passo é reestruturar a página para poder atender a todo Brasil. A busca pela roupa ideal para uma festa fez com que a advogada Cami-

la Lunardi chegasse até o Same no More. Assim como maioria das pessoas a advogada tinha um conceito errado sobre o aluguel de roupas já usadas. "No começo fiquei um pouco receosa, pois tinha em mente aquele conceito de que roupa alugada é usada, velha, antiquada, mas quando vi o site fiquei encantada. Um conceito totalmente diferente e moderno, com peças atuais e de bom gosto". Além de escolher o modelo sem sair de casa, ainda tem a vantagem de pagar um preço bem mais acessível do que se fosse comprar uma roupa.

O serviço de aluguel de bolsas também está tornando cada vez mais comum no Brasil. A marca BoBag é uma das mais conhecidas nesse ramo. Marcas de luxo como Chanel, Valentino, Fendi, são mais procuradas pelo público exclusivamente feminino. Essa é oportunidade para quem não vê vantagem comprar uma bolsa de R\$1.000. Uma bolsa clássica da Fendi (Hobo Zucca), tem aluguel mensal de R\$ 89,00. Pode servir como teste antes de comprar.



Na home page você escolhe a ocasião e decide entre vários modelos



O site oferece também acessórios como colares e bolsas para alugar

Ingressos esgotados

Em cartaz: Broadway catarinense

Espectáculos do gênero musical são escola para atores e ganham destaque na capital

Meia hora antes do espetáculo começar no teatro improvisado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a plateia estava completa e havia uma lista de espera com mais de 150 pessoas. Todos queriam assistir a versão acadêmica de um dos maiores sucessos da Broadway: o musical Chicago. A adaptação catarinense participou da 3ª Mostra Circuito Universitário em Cena, da 20ª edição do Festival Isnard Azevedo, e foi o resultado do trabalho das alunas Ana Luiza Koerich e Marina Soares em uma disciplina do Curso de Artes Cênicas da UDESC.

A procura por apresentações de teatro musical como a de Ana e Marina não é inédita. Durante a apresentação da montagem adaptada do musical "O Fantasma da Ópera", do programa de extensão Viva Voz da UDESC, o público formou uma fila que atravessou quadras ao redor do do Museu da Escola Catarinense.

Desde o início do ano, mais de trinta produções reunindo teatro, música e dança constaram na agenda cultural de Florianópolis.

A coreógrafa Anna Lucia já dançou na produção brasileira oficial de Chicago em São Paulo e atualmente dirige um curso de teatro musical em Florianópolis. Para ela, a capital catarinense acompanha, ainda que de forma amadora, uma tendência brasileira. "Ano passado o Brasil foi considerado a terceira maior potên-

cia do mundo em termos de produções de musicais, estando atrás apenas de Estados Unidos e Inglaterra. Nós estamos tentando construir um cenário local da maneira que podemos", explica Anna.

A soprano, maetrina e professora aposentada de técnica e expressão vocal do Curso de Música da UDESC Rute Gebler foi uma das primeiras na cidade a unir voz e

Florianópolis acompanha o crescimento nas produções de teatro musical

elementos cênicos na direção de seus alunos. Em 1995, após um incêndio no Hospital de Caridade, um amigo de Rute que trabalhava na instituição pediu que ela preparasse um espetáculo para arrecadar fundos para a reforma.

A maetrina aceitou a proposta e reuniu em seu estúdio um grupo de sopranos que apresentaria a famosa valsa Vozes da Primavera, de Johann Strauss. Combinando o nome do estúdio, a valsa de Strauss e a estação do ano em que estavam (primavera), o espetáculo ficou conheci-

do como Vozes da Primavera.

Após o sucesso da primeira apresentação, Rute dedicou-se à realização de um novo espetáculo todos os anos, mesclando a estrutura de apresentação do recital e a encenação operística. No total, foram 11 apresentações, sempre em novembro de cada ano. Incluindo canto lírico, temas de filmes e de musicais como West Side Story, A Noviça Rebelde e My Fair Lady, as peças chegaram a envolver cerca de 250 pessoas, entre cantores, bailarinos, atores, diretores, coreógrafos, músicos, iluminadores e sonoplastas.

Além do legado cultural que o Vozes da Primavera deixou para Florianópolis, o espetáculo foi uma escola para o elenco. Em 2004, o cantor Thiago Lemmos resolveu audicionar para o show, participando das duas últimas apresentações do Vozes da Primavera. Com incentivo de Rute Gebler, Thiago cresceu dentro do grupo e motivou-se a buscar aulas de dança, teatro e canto para participar de

audições nas grandes produções de São Paulo.

Em 2008, Thiago foi aprovado no primeiro musical na capital paulista: Aida, de Elton John e Tim Rice. No mesmo ano, atuou em Pinocchio e O Mágico de Oz. A partir de então, interpretou Gaston na Bela e a Fera, protagonizou Into the Woods, entrou em turnê dirigindo e atuando em A Branca de Neve no Brasil e no Chile, além de fazer a direção vocal de Cinderella. "Agora estou em cartaz novamente em São Paulo com Shrek – O Musical. Ou seja, foram oito musicais em cinco anos, o que prova a crescente expansão do gênero no Brasil", afirma ele.

"Temos grandes talentos, o que falta é somar a música com o teatro e a dança"

Rute Gebler, maetrina

Segundo Rute Gebler, em Santa Catarina há talentos nas diversas áreas e o que falta é somar a música com o teatro e a dança. Thiago Lemmos complementa: "A formação muitas vezes é difícil e cara, como em diversas

profissões, mas a persistência certamente trará bons frutos. O mercado ainda precisa de profissionais, inclusive fora do Brasil, o que abre possibilidades para artistas de qualquer parte do país, desde que estejam preparados", diz.

Da mesma forma que o Vozes da Primavera deu base à carreira de Thiago, atualmente as produções amadoras servem de suporte a novos talentos do teatro musical profissional. Para Ana Luiza e Marina, diretoras da adaptação acadêmica de Chicago, não foi difícil encontrar elenco. "Encontramos muita gente talentosa na audição, mas deixamos claro que estamos na universidade e ainda não se trata de um trabalho que faz parte da categoria profissional", argumenta Marina.

Quanto à profissionalização do teatro musical em Santa Catarina, as dificuldades são similares às de outras áreas artísticas. No entanto, a estudante Ana Luiza mostra que há um esforço para fortalecer o cenário: "musicais são apaixonantes, eu pretendo trabalhar com eles após o término da faculdade, inclusive atuando. Seria lindo se conseguíssemos deixar a cultura do teatro musical bem forte em Santa Catarina. Acredito que chegaríamos em um resultado muito bom se todos que tem o mesmo interesse trabalhassem da mesma forma que montamos Chicago, através desse processo colaborativo entre os membros da equipe. Pessoas que gostam do que fazem e fazem com prazer, o ramo do teatro musical dá trabalho, mas é muito divertido", finaliza ela.

Luiza Lobo
luizalt@gmail.com

